



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Bom dia a todos!

Havendo quórum para a abertura dos trabalhos, declaro iniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, suscito uma questão de ordem com base no art. 134 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O art. 134 do Regimento Comum do Congresso Nacional diz:

“Os trabalhos da CMO somente serão iniciados com a presença mínima de 1/6 (um sexto) de sua composição em cada Casa.”

Não há dois Senadores aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esse quórum está registrado. Há assinatura dos Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Regimento diz presença e não assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Senador Acir Gurgacz esteve aqui. Ele deve ter ido a algum lugar. Está ali o Senador Acir Gurgacz, que é o Relator da matéria.

Nós temos quórum para abrir a reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, quero formular uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu insisto. O art. 134...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estamos aguardando quórum para deliberar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, para abrir a reunião...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A lista de presença, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, para abrir a reunião, é necessária a presença de dois Senadores.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quero formular uma questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, são 10h29min.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou formulando uma questão de ordem, Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há quórum para a abertura dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Há quórum para abrir os trabalhos. Ele está registrado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há a presença de dois senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, peço o livro de presença para eu conferir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu posso usar a palavra para uma questão de ordem, Deputado Izalci?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. Primeiro, verifique se há quórum para abrir os trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A questão de ordem é minha, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, eu estou fazendo uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, há quórum?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Estou suscitando uma questão de ordem, Sr. Presidente. Veja o art. 134.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que, em primeiro lugar, Sr. Presidente, nós temos que ter a tranquilidade necessária, para não transformar esta Comissão, que é uma Comissão do Congresso Nacional, que é uma Comissão importante para o País, num palco de disputas que não têm nenhum sentido. Esta Comissão tem um histórico, sempre teve regras muito claras para o seu funcionamento, que estão sendo observadas de maneira correta pelo Presidente.

Nós temos quórum. Ele está assegurado. Nós ainda não temos quórum para deliberar, mas nós temos condições de poder fazer o debate. Inclusive, tão logo V.Exa. resolva essas questões, eu gostaria de utilizar o tempo da liderança, para fazer uma manifestação.



Agora, não há nenhum sentido o Deputado Izalci, que não tem sequer apoio para levantar os questionamentos que está levantando, tentar impedir o funcionamento da Comissão.

Então, eu gostaria que V.Exa. iniciasse os trabalhos, para que eu possa inclusive fazer uso da palavra como Líder do Governo para uma manifestação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu só queria registrar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não preciso de apoio nenhum para pedir verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É verdade. Para fazer uma questão de ordem, não é preciso. O senhor tem razão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E já são 10h31min. Aliás, eu exijo que seja encerrada essa reunião por falta de quórum, conforme o art. 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O senhor não tem condição de exigir, Deputado Izalci, pelo seguinte. Eu não estou vendo V.Exa. aqui. V.Exa. não assinou a lista de presença. Portanto, V.Exa. não está presente aqui na reunião.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. não está presente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. sabe...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Deputado Izalci, assine a lista.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Assine o livro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Assine o livro, para eu lhe conceder a palavra. O senhor tem que estar presente na reunião. Só pode usar a palavra estando presente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Traz a lista para o Deputado Izalci assinar.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Esta reunião não existe. Não há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Esta reunião existe. Existe quórum.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde está o quórum?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Existe quórum para deliberação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde está o quórum? Onde estão os Senadores?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Assine a lista, Deputado!

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Onde estão os Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está na lista de presença. O Senador Acir Gurgacz está aqui presente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero que fique registrado que às 10h32min não existe a presença de dois Senadores, conforme está previsto no art. 134.

(Manifestação no plenário: "Olha o Senador ali!")

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Olha o Senador ali, Deputado Izalci. Sr. Presidente, eu acho que...

(Não identificado) - Os Senadores estão presentes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me dizer, Sr. Presidente, mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já havia as assinaturas necessárias para a abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A fala do Deputado Izalci não pode ser registrada, porque ele não está presente. Eu solicito que V.Exa. não inclua na ata a fala do Deputado Izalci, porque ele está ausente. Depois que ele der presença, a fala dele será considerada. Por enquanto, a fala dele não existe.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sr. Presidente, vamos começar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, mais uma vez eu registrei às 10h31min e não havia nesta sala dois Senadores e eu pedi que encerrasse a sessão de acordo com o artigo 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade, Deputado Izalci, V. Exa., quando usa a palavra, automaticamente, a sua presença já passa a ser contada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, automaticamente passa a ser contada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero registrar que ele está enganado. Nós temos dois Senadores no plenário, sim.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Às 10h32min, portanto, fora do prazo.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Nós não temos é o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aliás, dois grandes Senadores, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Após o pedido de encerramento da sessão. Essa sessão será nula, só para adiantar para V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos os Senadores presentes aqui e eu queria, Deputado Izalci, dizer a V.Exa. o seguinte: nós temos aqui inclusive alguns itens que são acordos. Nós temos quatro itens na pauta e mais duas medidas provisórias importantes para o País, que são itens que precisam ser votados e que têm acordo. O que eu queria, Deputado Izalci, é propor o seguinte: vamos deliberar sobre esses itens que têm acordos, portanto, isso pode ser votado rapidamente. Nós não temos quórum efetivamente para votações nominais, mas temos que votar a ata das sessões anteriores, temos que apreciar a ata das sessões anteriores. Então, proponho que nós demos andamento.

Nós temos aqui uma luta contra o relógio, porque o mandato desta Comissão se encerra no dia 29. Temos a Semana Santa daqui a 15 dias e, naturalmente, vamos ter dificuldade de quórum. Portanto, é importante que nós cumpramos a nossa obrigação e votemos as matérias que estão na pauta e que são importantes para o País. Algumas delas inclusive são matérias que já foram acordadas nas reuniões de Líderes de ontem e da semana passada. Há aqui um requerimento do Deputado Samuel Moreira. Então, eu gostaria de propor que nós iniciemos a votação por esses itens que temos acordo.

Então, havendo quórum para abertura desta sessão extraordinária...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, mais uma vez eu quero fazer aqui uma questão de ordem e que seja registrado em ata que às 10h31min não havia aqui no plenário dois Senadores. Eu pedi a V.Exa. que não abrisse, porque V.Exa. não está atendendo o Regimento da Casa, o Regimento Comum, não está atendendo a Resolução nº 1, que é muito clara, e não precisa de apoio, como disse o Líder do Governo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu conferi a lista de presença e havia a assinatura de dois Senadores e o Senador estava aqui presente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, V.Exa. não tem o poder de mudar o horário. Isso está registrado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Deixa o Presidente falar, rapaz.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Isso está registrado. A *TV Câmara* tem a gravação e as notas taquigráficas.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Respeita a fala do Presidente, Deputado Izalci!

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. está cometendo um abuso de autoridade, Sr. Presidente. V.Exa. não pode querer abrir uma sessão contra a resolução.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, quando eu abri a sessão havia as assinaturas dos Senadores dando quórum para a abertura dos trabalhos. Eu chequei.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Regimento fala presença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu chequei e agora, nesse momento, nós já temos aqui a presença física inclusive dos Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presença depois do horário não adianta. V. Exa. sabe disso. Depois do horário não adianta ter a presença. O horário é às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós abrimos às 10h29min, com a assinatura necessária dos Senadores.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sem presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem, V.Exa. pode apresentar recurso, que vou dar o encaminhamento regimental.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu não vou abrir mão dessa posição. Eu quero que V.Exa. registre.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Os Senadores estavam presentes. Além de terem assinado o livro, estavam presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sua palavra estará registrada nas atas.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Questão de ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Senador, é questão de ordem? É porque nós temos que dar encaminhamento aqui.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Concedo-lhe a palavra para fazer questão de ordem.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Sr. Presidente, a minha vida no Senado Federal tem sido (*ininteligível*). Presidi também sessões do Plenário e o procedimento é o seguinte, Sr. Presidente.

Por favor, gostaria que V. Exa. ouvisse.

Nós sempre adotamos no Senado o seguinte: a presença é verificada no painel ou no livro de presença. Agora, só pode ter votação, se tiver a presença física do Senador, mas a sessão pode ser aberta, se tiver a presença no painel ou no livro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem, Senador.

O SR. SENADOR RAIMUNDO LIRA - Então está absolutamente correto o encaminhamento de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Senador. Esse é o nosso encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só quero lembrar que nós não estamos no Senado. Nós estamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, artigo 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estamos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e essa é praxe dos nossos trabalhos aqui ao longo dos anos. Eu estou aqui nesta Casa há 22 anos como Deputado, participei de muitas sessões desta Comissão e esse é o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Um erro não justifica o outro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Naturalmente que V. Exa., tendo usado a palavra, estará registrado em ata. V.Exa. pode fazer o recurso que achar adequado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Farei, com certeza.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se houver a concordância do Plenário, eu quero propor a dispensa da leitura da ata.



É apenas para questão de ordem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu quero a leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu ouvi aqui um pronunciamento há pouco, falando que podemos abrir a reunião. É evidente que não pode. O art. 134 é claríssimo: *“Os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento somente serão iniciados com a presença mínima de um sexto de sua composição de cada Casa”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Rubens, esta questão já foi respondida. Havia a presença, porque havia o registro da assinatura dos Deputados e Senadores em número suficiente para a abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, V.Exa. está atropelando o Regimento. Esta sessão será anulada. Não é possível que nós vamos atropelar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu não o estou. Esta matéria já é vencida. Eu já respondi a questão de ordem. Na hora em que eu abri, havia a assinatura dos dois Senadores. E eles estão aqui, inclusive, com a presença física.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Havia a presença, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu indago se existe um acordo no Plenário para a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Dispensa, Sr. Presidente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, não existe acordo, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Dispensa, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Leitura suspensa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Leitura da ata, nós não temos acordo, não. Sr. Presidente, nós queremos a leitura da ata.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, eu só disse que não há acordo para dispensar a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, vamos proceder à leitura da ata. Eu peço que o Deputado Hildo Rocha se encaminhe para fazer a leitura da ata, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes, porém, Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, espero que não seja uma das questões de ordem que eu já respondi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós precisamos respeitar o Regimento. Surpreendo-me ao ver que V.Exa. quer “tratorar” o Regimento para impor a aprovação de contas da Presidenta Dilma.

(Não identificado) - Não está sendo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, o Deputado Domingos Sávio chegou agora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos falar o português claro. V.Exa. abriu esta sessão com apenas um Senador. V.Exa. abriu esta sessão com apenas um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós não estamos aqui... Nós não entramos no mérito desta situação. Nós temos aqui uma pauta extensa, com matérias do interesse do Brasil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Assinatura não é presença. Não havia o Senador que assinou aqui presente. Portanto, V.Exa. está desrespeitando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. não estava aqui presente.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O Deputado chegou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu estava aqui e confirmo que *(ininteligível)*. Esta matéria é vencida.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. está se colocando a serviço do Governo, para aprovar as contas que foram rejeitadas...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Hildo Rocha, por gentileza, a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - A Oposição só sabe bagunçar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...ferir o Regimento, para forçar a barra e aprovar as contas da Presidenta Dilma.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos em frente, Presidente!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - V.Exa. reflita! Não esperava jamais esta atitude de V.Exa. Não esperava jamais esta atitude de V.Exa. Convoque outra reunião. Colocar-se a serviço de um Governo para aprovar, desrespeitando o Regimento, é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por favor, Deputado Hildo Rocha, a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - *“Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa...”*

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Esta é a Oposição que nós temos no Brasil e que está atrapalhando a economia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É Oposição, sim! É Oposição, sim! Nós defendemos o Brasil, para não aceitar que aqueles que são subservientes capazes, que estão a serviço de um Governo corrupto venham querer atropelar o Regimento. Não aceito este jogo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, ele está querendo fazer *(ininteligível)*. O Deputado Domingos Sávio...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos para as ruas!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Desligue o microfone dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha para a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária...



O SR. DEPUTADO IZALCI - Questão de ordem, art. 29. Antes de começar a leitura, eu fiz uma questão de ordem, art. 29. Deputado Hildo, art. 29.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Ele está lendo. Vamos respeitar a leitura.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele está pedindo uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu fiz uma questão de ordem antes do início da leitura, art. 29.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Isto é um absurdo! Nem respondem a questão de ordem e querem impor uma reunião que não tinha quórum...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Presidente, por favor, a leitura. Continue, Deputado Hildo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29, é questão de ordem, tem precedência à leitura da ata, art. 29. Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - ... no Plenário 2 da Câmara dos Deputados, com o objetivo de apreciar matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - V.Exa. quer bagunçar. V.Exa. quer bagunçar a reunião, Deputado Izalci, não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - art. 29.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. vai repetir a mesma questão de ordem que já está respondida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é repetir. É outra questão. Eu falei do art. 134.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, tem a palavra para a questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vou falar agora do art. 29. O art. 29 diz o seguinte:

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O Deputado Izalci marcou presença lá, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quando ele usa a palavra, a presença está automaticamente registrada.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Marquei sim. É automático, mas estou lá.

“Art. 29. À hora do início da sessão, o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo quorum regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o que foi feito, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Exatamente. Quórum mínimo:

“Art. 29.....

§ 1º Não havendo número, o Presidente aguardará, pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, a complementação do quórum; decorrido o prazo e persistindo a falta de número, a sessão não se realizará.”

Eu fiz a questão de ordem. E vem o § 2º:

“Art. 29.....

.....
§ 2º No curso da sessão — V.Exa. abriu a sessão —, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior (...).”

Eu pedi a V.Exa. às 10h31min.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. está trazendo a mesma questão de ordem, já vencida. Nós verificamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou me referindo ao art. 29, que é muito claro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - S.Exa. está lendo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É o Regimento Comum.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - É o mesmo teor, é o mesmo teor!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não é o mesmo teor. Diz que, se não houver presença no curso da reunião, ela se encerra.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A presença para a abertura é a presença no registro das assinaturas. Aqui existia assinatura. Existia assinatura para a abertura.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não tinha. Na sequência, tinha que haver presença, para a continuidade da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Existia assinatura para a abertura.

(Não identificado) - Havia presença!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não havia!

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Ninguém pode assinar sem estar presente, Deputado Izalci. Só pode assinar quem está presente.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O nobre Senador pode pedir verificação, pelo Senado.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Deputado Domingos Sávio, V.Exa. chegou depois. V.Exa. não estava aqui. Os Senadores estavam aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não estavam, não estavam aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É uma escolha minha eu não querer dar quórum, mas eu estava na Casa. Eu conheço a fundo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Infelizmente, V.Exa. não estava aqui para verificar quem estava e quem não estava. Deu quórum, deu quórum. Eu vou complementar a leitura da ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir. Eu estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. está trazendo a mesma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - As imagens vão provar que a Mesa está manipulando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É a última questão que vou fazer.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Continue a leitura da ata, por favor, Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Continue a leitura, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Basta ler aqui o art. 29, § 2º:

“Art. 29.....

§ 2º No curso da sessão — 10h31min —, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior (...), o Presidente encerrará os trabalhos, ex officio ou por provocação de qualquer Congressista.”

O SR. DEPUTADO MAURO LOPES - Sr. Presidente, por favor, encaminhe a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Havia número regimental para a abertura dos trabalhos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Continue a leitura, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos dando sequência.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pedimos a dispensa da leitura da ata. Como não houve concordância do Plenário, estamos dando o seguimento regimental adequado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, leia o art. 29. Às 10h31min, não havia dois Senadores aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, Deputado Hildo Rocha, continue a leitura.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Prossigo a leitura da ata:

“...Deputados titulares: Caio Narcio, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmar Arruda, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Flávia Moraes, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, Jaime Martins, João Arruda...”



O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputado Hildo Rocha, comece do início. V.Exa. começou da metade da ata? Não estou ouvindo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - *“...João Fernando Coutinho, José Nunes, José Rocha, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto...”*

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Deputado Jaime Martins, reflita com calma. S.Exa. fez a...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - *“Senadores titulares: Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Davi Alcolumbre, Eduardo Amorim, Gleisi Hoffmann...”*

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu falei: Regimento Comum.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA -

“...Paulo Bauer, Raimundo Lira, Rose de Freitas e Valdir Raupp; Deputados suplentes: Átila Lins, Danilo Forte, Domingos Sávio, Evair de Melo, Expedito Netto, Givaldo Carimbão, Gorete Pereira, Izalci, Jhonatan de Jesus, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Julio Lopes, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leonardo Monteiro, Leopoldo Meyer, Luiz Carlos Busato, Mauro Lopes, Orlando Silva, Paes Landim, Pedro Fernandes, Pompeo de Mattos, Professora Dorinha Seabra Rezende, Raimundo Gomes de Matos, Vitor Valim e Washington Reis; Senadores suplentes: Angela Portela, Hélio José, Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Foi registrada a ausência do membro titular Senador Roberto Rocha. Foi registrado o comparecimento de Parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados Ademir Camilo, Alessandro Molon, Alex Canziani, Bebeto, Beto Mansur, Geraldo Resende, Milton Monti, Valtenir Pereira e Weliton Prado; e Senadores Blairo Maggi e José Medeiros. Abertura: às quatorze horas e dois minutos do dia 2 de dezembro, e havendo número regimental, conforme estabelecido no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso



Nacional, os trabalhos foram iniciados pelo Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14. Informou que não havia quórum regimental para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os trabalhos foram suspensos. Às 9h56min do dia 3 de dezembro, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1, de 2006, do Congresso Nacional. O Presidente em exercício passou à apreciação da Ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada nos dias 24 e 26 de novembro e 1º de dezembro de 2015. O Deputado Paulo Pimenta (PT/RS) solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso. Em votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008..”

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu pediria ao Deputado Hildo Rocha que lesse de forma mais pausada, para que eu pudesse entender.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA -

“...ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. O Deputado Hugo Leal (PROS/RJ) teceu comentários sobre a aprovação do Projeto de Lei n° 5/2015-CN pelo Congresso Nacional. O Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE) destacou a necessidade da votação do Relatório Preliminar com Emendas ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN. O Deputado



João Arruda (PMDB/PR) defendeu recursos para a área da saúde. Às 10h15min, a Presidenta, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), assumiu a condução dos trabalhos. Ordem do Dia. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório Preliminar com Emendas apresentada ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento de inclusão de pauta foi aprovado por unanimidade. Extrapauta. Relatório Preliminar com emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016” (PLOA 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 54 emendas. Voto: pela aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, nos termos apresentados pelo Relator-Geral, com ajustes de texto realizados em decorrência da aprovação das Emendas de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 21, 24, 25, 33, 34, 40, 42, 43 e 44; da aprovação parcial das Emendas de nºs 8, 10, 12, 14, 15, 18, 20, 28, 29, 35, 38, 46, 47, 48, 49 e 53, e pela rejeição das Emendas de nºs 6, 11, 13, 19, 22, 23, 26, 27, 30, 31, 32, 36, 39, 41, 45, 50, 51, 52 e 54 e pela prejudicialidade da emenda nº 37. O Relator-Geral apresentou o relatório. Foi aberta a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator-Geral respondeu aos questionamentos levantados. Foi encerrada a discussão e o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Preliminar com Emendas foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques apresentados: Destaque nº 1, do Senador Valdir Raupp,



pela supressão da parte especial; e Destaque nº 2, do Deputado Caio Narcio, pela supressão da parte especial. Os autores apresentaram os destaques. Após esclarecimentos prestados pelo Relator-Geral, os destaques foram retirados pelos autores. Após a aprovação do Relatório Preliminar com Emendas, a Presidenta informou que o prazo para apresentação, publicação e distribuição dos Relatórios Setoriais seria, no máximo, até o dia 7 de dezembro. O Senador Eduardo Amorim (PSC/SE) defendeu mais recursos para a saúde. Às 11h03min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 7 de dezembro, segunda-feira, às 15 horas, no Plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 15h19min do dia 7 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pela Presidenta. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. A Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Em seguida, a reunião foi suspensa por alguns minutos. Às 15h31min, os trabalhos foram reiniciados pela Presidenta, que informou que submeteria alguns requerimentos à apreciação do Plenário: - Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar o Relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN — LOA 2016. Autor: Deputado Ricardo Barros. - Requerimento



para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar os Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas da LOA 2016: I - Transporte, II - Saúde, III - Educação e Cultura, IV - Integração Nacional, V - Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário, VI - Desenvolvimento Urbano, VII - Turismo, VIII - Ciência e Tecnologia e Comunicações, IX - Minas e Energia, X - Esporte, XI - Meio Ambiente, XII - Fazenda e Planejamento, XIII - Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas, XIV - Trabalho, Previdência e Assistência Social, XV - Defesa e Justiça, XVI - Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. O autor, Deputado Ricardo Barros, apresentou os requerimentos. O Deputado Danilo Forte (PSB/CE) apoiou a inclusão das matérias. Em votação em bloco, os requerimentos de inclusão de pauta foram aprovados por unanimidade. Proposta de dispensa do prazo regimental para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao PLOA 2016, conforme o disposto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006-CN. Autora: Presidenta da CMO. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Extrapauta. Conforme o disposto no art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, a Presidente passou à apreciação do Relatório apresentado pelo Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE, sobre o “Exame de admissibilidade das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN, Projeto de Lei Orçamentária para 2016. Coordenador do CAE: Deputado Genecias Noronha. Voto: propõe, dentre as emendas de Bancada e de Comissão apresentadas, sejam consideradas inadmitidas as de nºs 7103.0004,



7125.0021, 7108.0016, 7108.0017, 7115.0012, 7115.0013, 6011.0005 e 5023.0001. As demais emendas coletivas devem ser consideradas admitidas, observados os ajustes solicitados pelo CAE. Ausente o Coordenador do COI, foi designado o Deputado Izalci (PSDB/DF) como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. Foi aberta a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Ricardo Barros (PP/PR), Samuel Moreira (PSDB/SP) e Julio Lopes (PP/RJ). Foi encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado um destaque. Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, ressalvado o destaque. Apreciação do Destaque nº 1, do Deputado Julio Lopes, pela supressão parcial — Supressão da emenda nº 5023.0001, da Comissão de Desenvolvimento Urbano, ação — apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano — Ministério das Cidades, constante no Relatório entre as emendas inadmitidas pelo CAE. Voto do Relator: pela aprovação. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Extrapauta. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN (PLOA 2016), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”. Relatório Setorial da Área Temática XIII — Indústria, Comércio, Micro e Pequenas Empresas. Relator Setorial: Senador Hélio José (PSD/DF). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado Samuel Moreira (PSDB/SP). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em



votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. Relatório Setorial da Área Temática XIV — Trabalho, Previdência e Assistência Social. Relator Setorial: Deputado João Fernando Coutinho (PSB/PE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve discussão. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. Tendo em vista a ausência dos demais Relatores Setoriais que haviam entregado seus Relatórios, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/IMG) sugeriu a suspensão dos trabalhos e a continuação da reunião no dia seguinte e houve concordância da Presidenta. As 16h36min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 8 de dezembro, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. As 9h05min do dia aprazado, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1/2006, do Congresso Nacional. Em seguida, ocorreu a apreciação da Ata da 5ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 2 de dezembro de 2015. O Presidente em exercício solicitou ao Plenário a dispensa da leitura da Ata, que foi autorizada por consenso, e foi aprovada por unanimidade. O Presidente em exercício informou que inicialmente ocorreria a leitura de todos os Relatórios Setoriais e seria aberta a discussão e o prazo para apresentação dos destaques. Apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN (PLOA 2016), que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício



financeiro de 2016". Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). O Relator Setorial apresentou o Relatório e corrigiu o voto da emenda de nº5001.0001 de inadmitida para rejeitada. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Relatório Setorial da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário. Relator Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. As 9h29min, o Deputado Lázaro Botelho (PP/TO) assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Às 9h41min, a Presidenta reassumiu a condução dos trabalhos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XII — Fazenda e Planejamento. Relator Setorial: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente. Relatora Setorial: Deputada Flávia Moraes (PDT/GO). A Relatora Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática IX —



Minas e Energia. Relator Setorial: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Deputado Izalci (PSDB/DF) como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Às 10h17min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e retornou às 10h27min. O Senador Raimundo Lira iria fazer a leitura do seu Relatório, entretanto, como ainda não estava disponibilizado na Internet, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende solicitou o seu adiamento e teve apoio do Deputado Domingos Sávio e concordância do Relator da matéria. Às 10h40min, a Presidenta suspendeu os trabalhos e retornou às 10h50min. Relatório Setorial da Área Temática 1 — Transporte. Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e o Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA). Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional. Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 11h25min, o Deputado Ricardo Barros (PP/PR) retomou a condução dos trabalhos. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado José Airton Cirilo (PT/CE) e o Relator Setorial respondeu aos questionamentos. A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório



Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques, cuja apreciação foi adiada. O Presidente em exercício deu continuidade à apreciação dos Relatórios Setoriais já apresentados. Relatório Setorial da Área Temática V — Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário. Relator Setorial: Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 2 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 2 destaques. Proposta do Presidente em exercício para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 e 2. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XI — Meio Ambiente. Relatora Setorial: Deputada Flávia Moraes (PDT/GO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. A Deputada Flávia Moraes (PDT/GO) teceu agradecimentos pela aprovação do seu Relatório Setorial. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XII — Fazenda e Planejamento. Relator Setorial: Deputado Hugo Leal (PROS/RJ). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foi apresentado 1 destaque. Em votação, o



Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressaltado o destaque. Apreciação do destaque nº 1, do Senador Hélio José, à emenda nº 7108.0001, da Bancada do Distrito Federal. O Relator Setorial deu voto pela aprovação. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Relator Setorial: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). No transcorrer da apreciação da matéria, estando ausente o Relator, foi designado o Senador Hélio José (PSD/DF) como relator ad hoc, que apresentou a Errata. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 6 destaques. Em votação, o Relatório Setorial e a Errata foram aprovados por unanimidade, ressaltados os destaques e a obra com indícios de irregularidades graves. Às 11h43min, a Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Discutiram os destaques os Deputados Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e Orlando Silva (PCdoB/SP). O Senador Hélio José (PSD/DF), solicitou prazo para análise dos destaques. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6/2015-CN - PLPPA 2016/2019. Autor: Deputado Zeca Dirceu. O Deputado Ricardo Barros (PP/PR) apoiou a inclusão na pauta. Em votação, o Requerimento de inclusão foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 6/2015-CN, que 'Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019'. (PLPPA 2016/2019). Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas



1.128 emendas. Voto: pela aprovação nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 1.128 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 59 emendas; pela aprovação parcial de 971; pela prejudicialidade de 43; pela rejeição de 44 emendas; pela retirada da Emenda nº 6002.0002, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; pela inadmissibilidade das emendas de nº 5 3042.0005, 3084.0007, 3085.0001, 3085.0002, 2915.0006, 2915.0007, 2858.0004, 3824.0001, 3511.0003 e 3774.0001; e 28 emendas de Relator. O Relator apresentou o Relatório. Foram declaradas inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto. A Presidente retornou a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Apreciação dos 6 destaques. Proposta da Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial. Em votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator Setorial pela aprovação: Destaque nº 3, da Senadora Rose de Freitas, à emenda 6000.0002, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1, 2, 4, 5 e 6. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde. Relator Setorial: Deputado João Arruda (PMDB/PR). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 12h28min, o



Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) assumiu a direção da reunião. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. O Presidente em exercício retornou a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XV — Defesa e Justiça. Em votação, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução n° 1/2006-CN, a obra com indícios de irregularidades graves foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente em exercício deu prosseguimento à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática IV — Integração Nacional. Relator Setorial: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE). Apreciação dos 2 destaques apresentados. O Presidente em exercício apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques n°s 1 e 2 com voto do Relator Setorial pela rejeição. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. O Presidente em exercício retomou a apreciação do Relatório Setorial da Área Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). O Relator Setorial apresentou o Adendo/Errata n° 1. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 22 destaques. Em votação o Relatório Setorial e o Adendo/Errata n° 1 foram aprovados por unanimidade, ressalvados os destaques. Apresentaram os respectivos destaques os Deputados Ademir Camilo



(PROS/MG), Zeca Dirceu (PT/PR), Zé Geraldo (PT/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Flávia Moraes (PDT/GO), José Nunes (PSD/BA), João Arruda (PMDB/PR) e Milton Monti (PR/SP). O Relator Setorial solicitou tempo para analisar os destaques. Às 12h59min, a Presidente retomou a direção dos trabalhos. Continuação da apreciação do Relatório Setorial da Área Temática 1 — Transporte. Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB). O Relator ad hoc, Senador Hélio José (PSD/DF) apresentou a Errata nº 1. O Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA) agradeceu pela apresentação da Errata. A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 16 destaques. Apresentaram os respectivos destaques os Deputados José Airton Cirilo (PT/CE) e José Rocha (PR/BA). O Senador Hélio José solicitou prazo para análise dos destaques. Voltando à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde. Relator Setorial: Deputado João Arruda (PMDB/PR). Discutiram os seus destaques com o Relator Setorial os Deputados Milton Monti (PR/SP) e José Airton Cirilo (PT/CE). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 16 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 16 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaque com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial: Destaque nº 12, do Deputado Carlos Henrique Gaguim, à emenda 7128.0008, da Bancada de Tocantins. Em votação, o destaque foi aprovado por unanimidade.



Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 11 e 13 a 16. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. A Presidente retomou a apreciação do Setorial da Área Temática IX — Minas e Energia. Relator Setorial: Deputado Edmar Arruda (PSC/PR). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve destaques. Em votação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução n° 1/2006-CN, a Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de Relator Setorial apresentada, que foi aprovada por unanimidade. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VIII — Ciência e Tecnologia e Comunicações. Relator Setorial: Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. O Deputado Wadson Ribeiro, Relator da matéria, teceu agradecimentos gerais pela aprovação do Relatório Setorial. Às 13h46min, a Presidente suspendeu os trabalhos e retornou às 14h28min. Apreciação do Relatório apresentado ao Projeto de Lei n° 6/2015-CN, que 'Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016-2019'. (PLPPA 2016/2019). Relator: Deputado Zeca Dirceu. Foram apresentadas 1.128 emendas. Voto: pela



aprovação nos termos do Substitutivo apresentado pelo Relator. Das 1.128 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação de 59 emendas; pela aprovação parcial de 971; pela prejudicialidade de 43; pela rejeição de 44 emendas; pela retirada da Emenda nº 6002.0002, da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal; pela inadmissibilidade das emendas de nºs 3042.0005, 3084.0007, 3085.0001, 3085.0002, 2915.0006, 291 5.0007, 2858.0004, 3824.0001, 3511.0003 e 3774.0001; e 28 emendas de Relator. Foi aberta e encerrada a discussão, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 11 destaques. Teceram agradecimentos ao Relator da matéria os Deputados Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Hildo Rocha (PMDB/MA) e Gorete Pereira (PR/CE). Em votação, o Relatório foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 11 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela aprovação: Destaque nº 1, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 3084.0004, do Deputado Diego Garcia; Destaque nº 3, do Deputado Hildo Rocha, à emenda nº 3393.0001, do mesmo autor; Destaque nº 4, do Deputado Hildo Rocha, à emenda 3393.0001, do mesmo autor; Destaque nº 4, do Deputado Hildo Rocha, à emenda nº 3393.0003, do mesmo autor; Destaque nº 6, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0001, da mesma autora; Destaque nº 7, da Deputada Professora



Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0002, da mesma autora; Destaque nº 11, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0006, da mesma autora. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. Destaques com voto do Relator pela aprovação parcial: Destaque nº 2, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0002, da mesma autora; Destaque nº 5, do Deputado Raimundo Gomes de Matos, à emenda nº 3433.0001, do mesmo autor; Destaque nº 9, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0004, da mesma autora. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. Destaque com voto do Relator pela rejeição: Destaque nº 10, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0005, da mesma autora. Em votação, na representação da Câmara dos Deputados, o destaque foi rejeitado. Não foi apreciado na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. O Destaque nº 8, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, à emenda nº 2693.0003, da mesma autora, foi prejudicado, por ter sido atendido. O Deputado Zeca Dirceu, Relator da matéria, teceu agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para aprovação do seu Relatório. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática X — Esporte. Relator Setorial: Senador Roberto Rocha (PSB/MA). Ausente o Relator Setorial, foi designada a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) como relatora ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta e encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Não foram apresentados destaques. Em



votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade. As 14h58min, a Presidente suspendeu os trabalhos, que foram reiniciados às 6h20min. Apreciação do Relatório Setorial da Area Temática XVI — Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores. Relator Setorial: Deputado Danilo Forte (PSB/CE). Apreciação dos 22 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela aprovação: Destaque n° 13, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000758; Destaque n° 14, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000759; Destaque n° 15, do Deputado Orlando Silva, solicitando a recomposição total do sequencial 000760. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaque com voto do Relator Setorial pela aprovação parcial: Destaque n° 4, do Deputado Zé Geraldo, solicitando a recomposição total do sequencial 000656; Destaque n° 6, do Deputado Hildo Rocha, solicitando a recomposição total do sequencial 000772; Destaque n° 8, do Deputado César Halum, solicitando a recomposição total do sequencial 000574; Destaque n° 10, da Deputada Flávia Moraes, solicitando a recomposição total do sequencial 000549; Destaque n° 12, do Deputado Domingos Sávio, solicitando a recomposição total do sequencial 000572. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Destaques com voto do



Relator Setorial pela rejeição: 1, 2, 3, 5, 11, 16 a 22. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 10 do art. 43 do Regimento Comum. O Destaque n° 7, do Deputado Wadson Ribeiro, solicitando a recomposição total do sequencial 000760; e o Destaque n° 9, do Deputado Wadson Ribeiro, solicitando a recomposição total do sequencial 000759, foram prejudicados, por terem sido atendidos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VI — Desenvolvimento Urbano. Relator Setorial: Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi aberta assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG) e Flávia Morais (PDT/GO). A discussão foi encerrada assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 13 destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. A Presidente deu continuidade à apreciação do Relatório Setorial da Área Temática 1 — Transporte. Relator Setorial: Senador Raimundo Lira (PMDB/PB).”

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou pedir silêncio porque, de fato, os Deputados e Senadores não estão conseguindo ouvir adequadamente. Peço a todos que façam silêncio. Aqueles que tenham que conversar, por gentileza, vão lá fora, conversem e voltem, para termos a reunião em silêncio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado, está sendo feita a leitura da ata.



O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É relativo à ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Tem a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, estou tentando acompanhar a leitura da ata, mas não estou sabendo qual está sendo lida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A ata está divulgada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu acabei de ouvir um relatório setorial meu do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É isso. É ata do ano passado. É a ata de dezembro que nós estamos lendo.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É a última ata de dezembro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É a Ata da 15ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015. Nós temos uma, duas, três, quatro atas. Esta é a primeira.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É a primeira de quatro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ela é de dezembro. Ele está fazendo a leitura. É aquela da votação do Orçamento. É bem antiga.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - E a Presidente, onde se encontra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Presidente está... Enfim... Isso não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Claro que é.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Continuo, Sras. e Srs. Parlamentares:

“...A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo do voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 16. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. A Presidente deu prosseguimento à apreciação do Relatório Setorial da Area Temática VI —



Desenvolvimento Urbano. Relator Setorial: Deputado Caio Narcio (PSDB/MG). Em votação, nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução n° 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram aprovadas por unanimidade. Apreciação dos 13 destaques. O Relator Setorial deu voto pela rejeição dos 13 destaques apresentados. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 13. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1° do art. 43 do Regimento Comum. A reunião foi suspensa às 17h17min e marcada a continuação para o dia 9 de dezembro, às 9 horas. Às 9h13min do dia aprazado, os trabalhos foram reabertos pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução n° 1, do Congresso Nacional. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e lideranças partidárias. O Presidente em exercício deu continuidade à apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao Projeto de Lei n° 7/2015-CN (PLOA 2016), que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016'. Apreciação do



Relatório Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura. Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). O Relator Setorial apresentou o Relatório. Às 9h28min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA) assumiu a direção dos trabalhos. Apreciação do Relatório Setorial da Área Temática VII — Turismo. Relator Setorial: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP). Ausente o Relator Setorial, foi designada a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) como relatora ad hoc, que apresentou o Relatório. A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram as matérias os Deputados Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Giuseppe Vecci (PSDB/GO) e Gorete Pereira (PR/CE). As 10h03min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a condução dos trabalhos. Em continuação ao debate, fizeram uso da palavra os Deputados Pedro Fernandes (PTB/MA) e Vitor Valim (PMDB/CE). A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados dois destaques. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos dois destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos dois destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto da Relatora Setorial pela rejeição: 1 e 2. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. A Presidente deu continuidade à apreciação do Relatório



Setorial da Área Temática III — Educação e Cultura. Relator Setorial: Deputado Wellington Roberto (PR/PB). A discussão foi aberta, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiram a matéria os Deputados Danilo Forte (PSB/CE), Gorete Pereira (PR/CE), Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Caio Narcio (PSDB/MG) e Izalci (PSDB/DF). A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 20 destaques. Em votação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, a Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação à emenda de Relator Setorial apresentada, que foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi aprovado por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos 20 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator Setorial, que foi aprovada por unanimidade. Destaques com voto do Relator Setorial pela rejeição: 1 a 20. Em votação em globo, na representação da Câmara dos Deputados, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. O Deputado Wellington Roberto (PR/PB) teceu agradecimentos pela aprovação do seu Relatório Setorial. Às 11h27min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação no dia 14 de dezembro, às 15 horas. Às 15h25min do dia aprazado, os trabalhos foram reiniciados pelo Senador Hélio José (PSD/DF), no



exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Expediente. Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada a leitura dos expedientes. O Presidente em exercício determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. Às 15h26min, os trabalhos foram suspensos e reiniciados às 16h55min do mesmo dia. A Presidente informou que havia acordo com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias para leitura do Relatório Final, apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015. Extrapauta. Apreciação do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015, do Congresso Nacional, que 'Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016' (Projeto de Lei Orçamentaria para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o Relatório Final alterado. O prazo para apresentação de destaques foi aberto. A apreciação da matéria foi adiada. Às 18h14min, a Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação para o dia 15 de dezembro, às 14 horas. Às 14h15min do dia 15 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Caio Narcio (PSDB/MG), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art 14 da Resolução nº 1/2006, do



Congresso Nacional, e suspensos em seguida. Às 14h41min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 1/2015 – COI/CMO, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Apresentado ao Aviso nº 12/2015-CN. Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 2/2015 — COI/CMO, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, para atualização do Anexo VI do Projeto de Lei nº 7/2015 – CN (PLOA 2016). Autor: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta foi aprovado por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Apreciação do Relatório nº 1/2015, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, apresentado ao Aviso nº 12/2015-CN, por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades



Graves. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: pelo bloqueio, nos termos das minutas de decreto legislativo apresentadas, da execução física, orçamentária e financeira das obras de construção do Corredor de Ônibus Radial Leste, Trechos 1 e 3, em São Paulo/SP, e submetem o Relatório à apreciação do Plenário. O Relatório foi apresentado. A discussão foi aberta. Discutiram a matéria os Deputados Samuel Moreira (PSDB/SP), Nilto Tatto (PT/SP), Pedro Fernandes (PTB/MA), Pompeo de Mattos (PDT/RS), Izalci (PSDB/DF) e a Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). O Coordenador do COI, Deputado Zé Geraldo (PT/PA), respondeu aos questionamentos e, ao final do debate, propôs revisar o Relatório e reapresentá-lo novamente. A apreciação da matéria foi adiada. Extrapauta. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, a Presidente submeteu à apreciação do Plenário o Relatório nº 2/2015 — COI/CMO, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, que “propõe Atualização do Anexo VI — Subtítulos Relativos a Obras e Serviços, com Indícios de Irregularidades Graves integrante do Projeto de Lei nº 7/2015. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: pelo bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1. Construção da Vila Olímpica em Parnaíba/PI, sob responsabilidade do Ministério do Esporte; 2. BRT — SP — Itaim Paulista/São Mateus/SP, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 3.



Corredor de Onibus — SP — Radial Leste — Trecho 1, em São Paulo, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 4. Corredor de Onibus — SP — Radial Leste — Trecho 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; 5. Canal do Sertão, Trecho 5, Alagoas. O Coordenador do COI apresentou o Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório nº 2 foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com a exclusão dos seguintes empreendimentos: 2. BRT — SP — Itaim Paulista/São Mateus/SP, sob responsabilidade do Ministério das Cidades; e 4. Corredor de Onibus — SP — Radial Leste — Trecho 3, sob responsabilidade do Ministério das Cidades. Extrapauta. Apreciação do Relatório Final, apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”. (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. O Relator-Geral apresentou o adendo e a discussão foi aberta. Às 15h42min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), assumiu a condução dos trabalhos. Discutiram a matéria os Deputados Izalci (PSDB/DF), Samuel Moreira (PSDB/SP), Danilo Forte (PSB/CE), Pedro Fernandes (PTB/MA), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Domingos Sávio (PSDB/MG), Expedito Netto (SD/RO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Paulo Pimenta (PT/RS), Zé Geraldo (PT/PA), Caio Narcio (PSDB/MG), Raimundo Gomes de Matos



(PSDB/CE), Gorete Pereira (PR/CE), Pompeo de Mattos (PDT/RS) e o Senador Hélio José (PSD/DF). As 17h33min, o Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA) assumiu a direção da reunião e deu prosseguimento ao debate concedendo a palavra aos Deputados Lázaro Botelho (PP/TO), José Airton Cirilo (PT/CE) e João Arruda (PMDB/PR). Às 17h49min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) reassumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade à discussão da matéria, outorgando a palavra aos Deputados Milton Monti (PR/SP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Flávia Morais (PDT/GO), João Carlos Bacelar (PR/BA), Bebeto (PSB/BA) e Carlos Henrique Gaguim (PMDB/TO). O Relator-Geral respondeu a todos os questionamentos. O Presidente em exercício, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) informou que o prazo para apresentação dos destaques ao Relatório Final se encerraria, às 20 horas, daquele dia, 15 de dezembro. A apreciação da matéria foi adiada. As 18h34min, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o dia 16 de dezembro, quarta-feira, às 9 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às 9h21min do dia 16 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Ricardo Barros (PP/PR), no exercício da Presidência conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional, e suspensos em seguida. Às 12h30min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reabriu os trabalhos. Extrapauta. Apreciação do Relatório nº 1/2015, do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, apresentado ao Aviso nº 12/2015,



por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminhou ao Congresso Nacional informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves. Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Coordenador do COI: Deputado Zé Geraldo (PT/PA). Voto: não propor o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira da Obra de construção do Corredor de ônibus — Radial Leste — Trecho 3, em São Paulo/SP, devido à perda do objeto com a revogação do Edital 03/2015 por parte da Prefeitura de São Paulo; e propor o bloqueio, nos termos do projeto de decreto legislativo apresentado, da execução física, orçamentária e financeira da obra de construção do Corredor de Ônibus — Radial Leste — Trecho 1, em São Paulo/SP; e submete o Relatório à apreciação do Plenário. O Coordenador do COI apresentou o novo Relatório. Não houve discussão. Em votação, o Relatório foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Requerimento para inclusão na pauta, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de apreciar a Proposta de Alteração da Meta Fiscal para 2016, constante do Projeto de Lei nº 1/2015. Autor: Deputado Ricardo Teobaldo. Em votação, o Requerimento para inclusão na pauta, foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Apreciação do adendo ao parecer da CMO, que trata da proposta para alteração da meta fiscal para 2016, constante do Projeto de Lei nº 1/2015, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de



2016.” Relator: Deputado Ricardo Teobaldo. O Relator apresentou o adendo. Discutiram a matéria os Deputados Domingos Sávio (PSDB/MG), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), Edmar Arruda (PSC/PR) e Izalci (PSDB/DF). Às 13h03min, o 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG) assumiu a condução dos trabalhos e deu continuidade ao debate, concedendo a palavra aos Deputados Nilton Capixaba (PTB/RO), Hildo Rocha (PMDB/MA), Zé Geraldo (PT/PA), Giuseppe Vecci (PSDB/GO), Paulo Pimenta (PT/RS), Flávia Moraes (PDT/GO), Danilo Forte (PSB/CE), Zeca Dirceu (PT/PR), Samuel Moreira (PSDB/SP), Ricardo Barros (PP/PR), Pedro Fernandes (PTB/MA) e os Senadores Hélio José (PSD/DF) e Rose de Freitas (PMDB/ES). Às 14h35min, o Presidente em exercício suspendeu os trabalhos. Às 15h10min, do mesmo dia, o Deputado Jaime Martins (PSD/MG) reabriu a reunião e deu continuidade à discussão, passando a palavra ao Deputado João Arruda (PMDB/PR). Às 15h14min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), reassumiu a direção dos trabalhos. Prosseguindo ao debate, fez o uso da palavra o Deputado Leo de Brito (PT/AC). Encerrada a discussão, não houve consenso quanto aos itens 4 e 13 constantes do adendo, e o Relator da matéria, Deputado Ricardo Teobaldo (PTB/PE), concordou em excluí-los. Em votação, o adendo alterado foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 15h24min, a Presidente suspendeu os trabalhos. Antes, convocou a continuação da reunião extraordinária para o mesmo dia, 16 de dezembro, quarta-feira, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, após o término da Ordem do Dia no



Plenário do Congresso Nacional. Às 17h39min, do dia 16 de dezembro, os trabalhos foram reiniciados pelo 1º Vice-Presidente, Deputado Jaime Martins (PSD/MG), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional. Extrapauta. Continuação da apreciação do Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”. (Projeto de Lei Orçamentária para 2016). Relator-Geral: Deputado Ricardo Barros. Foram apresentadas 8.085 emendas. Voto: pela aprovação na forma do Substitutivo proposto, que contempla as alterações decorrentes das propostas de parecer pela aprovação e pela aprovação parcial das emendas apresentadas. A discussão foi encerrada, bem como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 304 destaques. Em votação, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006, o Presidente em exercício solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emenda de Relator-Geral, que foi aprovada, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. As 17h52min, a Presidente, Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES), assumiu a condução dos trabalhos. Os Deputados Izalci (PSDB/DF), Paulo Pimenta (PT/RS), Caio Narcio (PSDB/MG), Domingos Sávio (PSDB/MG), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) fizeram questionamentos sobre o Relatório Final e o Deputado Ricardo Barros (PP/PR), Relator-Geral do Orçamento, respondeu a todos os Parlamentares. Em votação, o Relatório Final alterado e o



Adendo foram aprovados por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Em votação, nos termos do ad. 70, inciso II da Resolução nº 1/2006-CN, as obras com indícios de irregularidades graves foram aprovadas por unanimidade, ressalvados os destaques. Apreciação dos destaques. Proposta do Relator-Geral do Orçamento para votação em globo dos destaques para recomposição do Programa Bolsa Família. Em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Blairo Maggi (PR/MT), Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, solicitou transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, como compensação pela não incidência do ICMS. Requerimento para inclusão na pauta da Proposta de Alteração do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 7/2015-CN, de acordo com o disposto no art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal. Autor: Deputado Ricardo Barros. Em votação, o Requerimento de inclusão na pauta foi aprovado, por unanimidade, nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Extrapauta. Proposta de Alteração do Parecer Preliminar apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015. Inclua-se no subitem VI ao item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar, nos seguintes termos: VI. Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios como compensação pela não incidência do ICMS sobre bens e serviços destinados ao exterior, com fundamento no art. 155, § 2º, X, "a", da Constituição e no art. 91 do ADCT, ou a título de auxílio financeiro com a finalidade de fomentar as exportações. Autor: Deputado Ricardo Barros. O Deputado Ricardo



Barros apresentou a Proposta de Alteração do Parecer Preliminar. Em votação, a Proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, apresentou Adendos e Adendos/Erratas ao Relatório Final apresentado ao Projeto de Lei nº 7/2015. Em votação, os Adendos e Adendos/Erratas foram aprovados por unanimidade. Apreciação dos 304 destaques. A Presidente apresentou proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral, que foi aprovada por unanimidade. Os Parlamentares solicitaram que fossem apreciados individualmente alguns destaques. O resultado da apreciação dos destaques ocorreu da seguinte forma: - Destaques com voto do Relator-Geral pela aprovação: 5,6, 17, 73, 75, 76, 116, 170 a 182, 230, 240, 263, 274, 275, 300 e 302. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. - Destaques com voto do Relator-Geral pela aprovação parcial: 1, 2, 7, 9, 10, 11, 19, 20, 21, 30, 31, 32, 33, 49, 52, 70, 77, 79, 103, 104, 106 a 113, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 130, 131, 132, 136, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 154, 186, 189, 195, 196, 197, 203, 206, 213, 214, 215, 216, 219, 225, 227, 228, 235, 236, 237, 238, 239, 245, 246, 247, 250, 252, 259, 262, 266, 267, 268, 269, 280, 282, 284, 287, 289, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 301 e 303. Em votação em globo, os destaques foram aprovados por unanimidade. Destaques com voto do Relator-Geral pela rejeição: 3, 4, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 34 a 48, 50, 51, 53 a 69, 71, 72, 74, 78, 80 a 102, 105, 114, 115, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 133, 134, 135, 137, 138, 140, 146 a 153, 155 a 169, 183, 184, 185, 187, 188, 190 a 194, 198 a 202, 204, 205, 207 a 212, 217, 218, 220 a 224, 226, 229, 231, 232, 233, 234,



241, 242, 243, 244, 248, 249, 251, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 265, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 278, 279, 281, 283, 285, 286, 288, 290, 291 e 304. Em votação em globo, os destaques foram rejeitados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do Regimento Comum. 5 — Destaques retirados pelos autores: 253, 254 e 264. Em virtude da inexistência de acordo do colegiado de representantes das Lideranças partidárias com assento na Comissão para deliberação das matérias constantes da pauta, deixaram de ser apreciadas as matérias abaixo relacionadas: 1 - Relatório apresentado à Mensagem nº 33/1992-CN, que “encaminha ao Congresso Nacional as Contas do Governo Federal relativas ao exercício financeiro de 1991”. Relator: Senador Benedito de Lira. Foi apresentada uma emenda. Voto: o relatório do Senador Benedito de Lira, recebido em 2 de julho de 2015, concluiu por um projeto de decreto legislativo, ofereceu voto pelo arquivamento das contas do Presidente da República do exercício de 1991, pela aplicação dos princípios consignados no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal. No relatório recebido em 4 de novembro de 2015, o Relator, quanto à emenda apresentada pelo Deputado Miro Teixeira, ofereceu voto pela rejeição. Quanto a uma emenda apresentada pelo Deputado Paulo Bernardo ao projeto de decreto legislativo aprovado pela Comissão em 12 de março de 1997, ofereceu voto pela prejudicialidade. 2 - Relatório apresentado ao Aviso nº 17/2014-CN, que “encaminha cópia do Acórdão nº 2378/2014-TCU-Plenário, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão



Fiscal do primeiro quadrimestre de 2014, em cumprimento aos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, bem como ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”; à Mensagem nº 9/2014-CN, que “encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal referente ao primeiro quadrimestre de 2014”; à Mensagem nº 11/2014-CN, que “encaminha, nos termos do inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao período de janeiro a abril do exercício de 2014”; ao Ofício nº 18/2014-CN, que “encaminha, em cumprimento ao inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao primeiro quadrimestre de 2014”; ao Ofício nº 19/2014-CN, que “encaminha, o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2014 de que trata o art. 54 da Lei Complementar nº 101/2000, do Conselho Nacional de Justiça, em vista do que estabelece o art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000”; ao Ofício nº 20/2014-CN, que “encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados referente ao 1º quadrimestre de 2014”; ao Ofício nº 21/2014-CN, que “encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal, referente ao 1º quadrimestre de 2014”; ao Ofício nº 22/2014-CN, que “encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de



Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 1º quadrimestre de 2014”; ao Ofício nº 25/2014-CN, que “ncaminha, em cumprimento ao art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral, referente ao primeiro quadrimestre de 2014.”; ao Ofício nº 26/2014-CN, que “encaminha, em cumprimento ao art. 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LC nº 10, 1 de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal Militar, referente ao 1º quadrimestre de 2014.”; e ao Ofício nº 27/2014-CN, que “encaminha, em conformidade com o inciso 1 do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre de 2014.”Relator: Deputado Átila Lins. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 3 -Relatório apresentado ao Aviso nº 6/2015-CN, que “encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.919 de 2013, art. 115, Acórdão nº 138/2015, proferido pelo Plenário da Corte, sobre os Relatórios de Gestão Fiscal dos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2014.”; à Mensagem nº 16/2014-CN, que “encaminha, nos termos do art. 5º, inciso 1, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tesouro Nacional referente ao período de janeiro a agosto (2º quadrimestre) do exercício de 2014.”; à Mensagem nº 17/2014-CN, que “encaminha, conforme o disposto no artigo 54 da Lei Complementar nº 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Supremo Tribunal Federal, referente ao segundo quadrimestre de 2014.”; ao



Ofício n° 32/2014-CN, que “encaminha, em cumprimento ao artigo 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, cópia do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao segundo quadrimestre de 2014.”; ao Ofício n° 33/2014-CN, que “encaminha, conforme o disposto no inciso I do art. 5°, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao segundo quadrimestre de 2014.”; ao Ofício n° 34/2014-CN, que “encaminha cópia do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2° quadrimestre de 2014, de que trata o art. 54 da Lei Complementar n° 101/2000, do Superior Tribunal Militar, publicada no Diário Oficial da União n° 186, Seção 1, páginas 227 e 228, de 26 de setembro de 2014.”; ao Ofício n° 35/2014-CN, que “encaminha o Relatório de Gestão Fiscal da Câmara dos Deputados, em cumprimento ao disposto no inciso 1 do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19/10/2000, referente ao período de setembro de 2013 a agosto de 2014.”; ao Ofício n° 36/2014-CN, que “encaminha, cumprindo determinação expressa no art. 118 da Lei n° 12.465, de 12 de agosto de 2011, os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios referentes ao 2° quadrimestre de 2014.”; ao Ofício n°37/2014-CN, que “encaminha, nos termos do art. 5° da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho Nacional de Justiça referente ao 2° quadrimestre de 2014.” ao Ofício n° 38/2014-CN, que “encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 5°, inciso I, da Lei n° 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior Eleitoral



referente ao 2º quadrimestre de 2014.”; e ao Ofício nº 39/2014-CN, que “encaminha, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Conselho da Justiça Federal referente ao 2º quadrimestre de 2014”. Relator: Deputado Marcelo Aro. Voto: pelo conhecimento das matérias e envio para o arquivo. 4 - Relatório apresentado à Mensagem nº 5/2015-CN, que “encaminha, em cumprimento à Lei nº 13.080, art. 52, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao 2º bimestre de 2015”. Relator: Deputado Carlos Henrique Gaguim. Voto pelo conhecimento da matéria e envio para o arquivo. 5 - Relatório apresentado à Mensagem nº 10/2014-CN, que “encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e Gestão”; à Mensagem nº 15/2014-CN, que “encaminha, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, referente ao segundo quadrimestre de 2014”; e à Mensagem nº 31201 5-CN, que “encaminha, em cumprimento à Lei nº 12.919/13, art. 111, Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao Exercício de 2014”. Relator: Deputado Jaime Martins. Voto: pelo conhecimento das matérias, e dê por cumprida a meta de superávit primário do Governo Federal para o exercício de 2014. O Deputado Izalci apresentou voto em separado, em 17/11/2015, com voto pelo conhecimento das Mensagens de nºs 10/2014-CN, 15/2014 e 3/2015-CN



e dos relatórios encaminhados, e recomendando que: 1 - solicite informações por escrito aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito das providências adotadas para que se evite o cometimento dos mesmos erros observados em 2014; em especial, sobre quais medidas estão sendo tomadas para o aperfeiçoamento do sistema de previsão de receita, conforme Acórdão nº 1.723/2015-TCU-Plenário; e II - requeira o comparecimento, com a máxima brevidade possível, do Secretário do Tesouro Nacional a esta Comissão, de forma a prestar esclarecimentos a respeito do Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2015, nos termos do art. 9ºSS 4º, da LRF, e das medidas adotadas para o cumprimento da meta fiscal de 2015 e as implicações da aprovação ou não do PLN nº 5/2015 ora em discussão nesta Comissão. Adotadas as providências mencionadas, voto pelo arquivamento do processo. 6 — Relatório apresentado à Mensagem nº 71201-5-CN, que “encaminha, em cumprimento ao art. 128 da Lei nº 13.080, de 2015, o Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 1º quadrimestre de 2015”. Relator: Deputado César Halum. Voto: pelo conhecimento da matéria e solicite o comparecimento, o mais breve possível, do Secretário do Tesouro Nacional para explicar as medidas de ajuste para o cumprimento da meta fiscal, e envio para o arquivo. 7 - Relatório apresentado ao Aviso nº 10/2015-CN, que “encaminha, em cumprimento à Lei 13.080, art. 138, Demonstrações Financeiras do Banco Central referentes ao 1º semestre de 2015”. Relatora: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. Voto: pelo arquivamento da



matéria. Encerramento. A Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e uma horas e cinquenta e oito minutos do dia dezesseis de dezembro de 2015. Para constar, eu, Walbinson Tavares de Araujo, Secretário Executivo, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. Senadora Rose de Freitas, Presidente.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª....

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, por gentileza...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio.... Gente, por gentileza.... Deputado Domingos Sávio, por gentileza, tome assento. Tome assento!

Deputado Domingos Sávio, por gentileza,.... Deputado Elmar, por gentileza... Deputado Caio Narcio, por gentileza, vamos assentar... Vamos restabelecer a ordem aqui. Nós temos um Regimento e vamos seguir o Regimento.

Quero dizer....

(Não identificado) - Então vamos ouvir todas as questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu estou ouvindo todas as questões de ordem, Deputado, e respondi a todas.

(Não identificado) - O senhor tirou o som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Tirei o som, porque V.Exas. estão interrompendo a leitura da ata.

(Tumulto no plenário.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza... Por gentileza...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - A ata terminou de ser lida. Ela terminou de ser lida, e o senhor cortou o som....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Domingos Sávio, V.Exa. não vai me fazer pressão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ... e o senhor cortou o som.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não adianta vir aqui falar no meu ouvido...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Adianta sim! Esta Casa não é sua!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ... porque eu não estou com medo. Vá lá sentar no seu lugar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor é tão Deputado quanto eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Vamos restabelecer a ordem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não aceito a leitura de uma ata na sequência. Não há previsão regimental para isso.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Samuel Moreira, por gentileza.... Eu vou ler o artigo regimental... Eu tenho que suspender a sessão... Por gentileza....

V.Exas.querem deixar-me suspender ou não? Sentem-se aí!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, mas V.Exas. estão tumultuando. É preciso que as pessoas compreendam o que estamos discutindo aqui.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O senhor corta o som, quer dirigir sozinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Porque estava sendo feita a leitura da ata.

(Não identificado) - Acabou.



(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Na verdade.... Deputado Domingos Sávio, quer me ouvir, por gentileza?

Por gentileza, queiram me ouvir...

Existe aqui uma questão de ordem do Deputado Izalci, que quero falar sobre ela. É uma questão de ordem sobre o art. 29 e sobre o art. 34, que é a questão do quórum.

Essa questão de ordem já foi devidamente respondida. Encaminho essa questão de ordem à Mesa do Congresso Nacional. Naturalmente essa questão de ordem não tem efeito suspensivo sobre a sessão.

Encaminho e peço que seja juntada a essa questão de ordem uma declaração do nosso funcionário responsável pelo quórum, dizendo que às 10 horas e 29 minutos ele verifique o quórum que havia naquele horário e coloque aqui uma declaração para que possa o Presidente do Congresso Nacional basear a sua decisão.

Vou ler aqui, em seguida, o art. 46, no seu § 1º, que diz o seguinte: *“Em nenhum caso, ainda que se trate de reunião extraordinária, o seu horário poderá coincidir com a Ordem do Dia da sessão ordinária ou extraordinária da Câmara dos Deputados, ou do Congresso Nacional, ou do Senado”*.

Nós já iniciamos a Ordem do Dia na Câmara dos Deputados. Portanto, vamos suspender esta reunião...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes de suspender, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Izalci, mas nós vamos suspender esta reunião. Nós temos aqui também para ser votado que... Nós vamos recomeçar esta sessão, dando sequência à leitura das atas que temos ainda para ser lidas, são mais três atas, depois nós vamos discutir as atas, e depois nós vamos votar o requerimento do Deputado Elmar sobre a votação nominal. Portanto,...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Se o senhor não abrir o microfone, não vai ter debate aqui. Será um monólogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou abrir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Tem que gritar, se o senhor...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou abrir o microfone para questões de ordem. Agora, deixe-me orientar os presentes. Nós vamos, em seguida, baseados no art. 24 do Regimento Comum, suspender, portanto, a sessão, até que seja finalizada a Ordem do Dia.

Deputado Izalci, para questão de ordem. (*Pausa.*)

Está com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu quero fazer uma ponderação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro caso: nós não podemos continuar judicializando tudo que acontece nesta Casa. V.Exa. quer seguir o Regimento. V.Exa. sabe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o que nós estamos fazendo, inclusive atendendo ao pleito da Oposição, suspendendo a sessão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, Sr. Presidente, a questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É muito simples. Eu acho que qualquer um aqui pode fazer a leitura, e todos sabem a diferença entre quórum, presença e assinatura.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem vencida, Sr. Presidente. Questão de ordem vencida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O art. 134, no Parágrafo único, diz assim:...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não cabe recurso da decisão do Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - *"... no curso da reunião, verificada a presença..."* Presença. Presença não é assinatura. Então, eu queria ponderar a V.Exa.,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A maneira que nós temos de medir o quórum é através da assinatura. Isso é uma questão de ordem vencida. O senhor está insistindo numa questão de ordem vencida.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é, eu estou...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - O senhor deu a palavra para ele, depois não ouve.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É esse o Presidente, ele dá a palavra, depois interrompe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos suspendendo a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É a décima vez que ele fala isso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não pode suspender uma sessão que não podia nem ter sido aberta.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Conclua, por gentileza.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas me deixe concluir, então.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Há uma forte dose de histerismo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. fez um pedido...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Fala a mesma coisa, dez vezes a mesma coisa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. fez um pedido agora para que a Mesa verificasse o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O que eu quero registrar e que a Mesa testemunhe, tem aí as notas taquigráficas, é se naquele momento existia a presença de dois Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Existia, existia.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não existia. Ela só aconteceu às 10h32min, quando eu pedi que se encerrasse a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A Mesa vai registrar o quórum adequado, o funcionário que estava *(ininteligível)*.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, Sr. Presidente. Nós temos um ditado que diz assim: o apressado come cru. Atropelar, aqui na Comissão Mista do Orçamento, é um absurdo. Eu não sei por que a Base do Governo quer atropelar para votar uma conta irresponsável, que levou o País a quebrar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso daí não é questão de ordem. Não é questão de ordem.



O SR. DEPUTADO IZALCI - É questão...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele está entrando no mérito.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 29...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem vencida, Sr. Presidente. Pode cortar o microfone dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...art. 134.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não é possível, não posso nem falar aqui na Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Questão de ordem vencida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, por gentileza, conclua a sua questão de ordem, para...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou fazendo, inclusive, para ponderar a V.Exa., que é Presidente, porque, primeiro, nós não podemos aceitar ler uma ata e não discuti-la. Eu tenho elementos aqui que foram *(ininteligíveis.)*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos discuti-la, nós vamos discuti-la tão logo *(ininteligível)*...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cada uma. Nós temos que vencer cada uma. V.Exa. quer discutir todas de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Não, ele leu uma ata, e nós não estamos suspendendo a sessão. O senhor não pode pré-julgar.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O senhor nem sabe o encaminhamento que eu ia dar. O senhor está imaginando...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - É porque V.Exa. falou que ia fazer isso aí.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu acho que V.Exa. devia cancelar e abrir uma outra sessão, não suspender.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos suspender, porque eu tenho prerrogativa regimental de suspender. Nós vamos suspender a sessão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é, mas V.Exa. está suspendendo uma sessão que poderia abrir às 15 horas, corretamente, corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Já tem uma outra sessão marcada para as 15 horas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos suspender uma sessão que está sob suspeita, que não está obedecendo ao Regimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Bom, se tem outra marcada, eu pergunto a V.Exa.: o senhor está suspendendo até que horas esta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Espera aí, tem uma inscrição aqui, Deputado. Por gentileza, conclua.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A sugestão que eu faço a V.Exa.: está marcada outra reunião às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cancele, para evitar problemas, judicializar essa questão e, às 15 horas, chame aqui a base do Governo para dar quórum, e vamos começar corretamente a sessão. Acho que é muito mais simples.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Está bom, obrigado, Deputado Izalci. Obrigado pela colaboração.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Wadson, por gentileza, por 3 minutos, para questão de ordem. O senhor está na sequência, Deputado Caio.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Sr. Presidente, eu quero aqui colocar, de forma muito tranquila, que ficou claro, desde o início desta reunião de hoje, o barulho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Paulo Pimenta, por gentileza. Vamos ouvir. Deputado Wadson.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - O que ficou claro aqui, Sr. Presidente... Eu quero fazer um apelo porque o debate aqui...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Wadson.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - A Oposição, no seu direito legítimo de fazer obstrução, de tentar protelar essa matéria...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isso não é questão de ordem. É apelo.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu estou aqui fazendo a minha fala, por favor, Deputado Caio Narcio.

Eu quero, Sr. Presidente, dizer o seguinte. Nós precisamos proceder à leitura de todas as atas e, depois, fazer o debate. O que está em jogo são a discussão e a aprovação das contas de 2014, e a Oposição já mostrou a que veio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto não é questão de ordem. É mérito!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Não tem compromisso. Não tem compromisso e quer a lógica de quanto pior, melhor.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto é discurso, não é questão de ordem.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Quer insuflar as passeatas do dia 13, e esta Comissão de Orçamento...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto é discurso! Não é mérito!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu estou falando e V.Exa. fique em silêncio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Não. Eu vou falar também, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, V.Exa. está na sequência, por gentileza.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - E quer insuflar, insuflar...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Isto não é questão de ordem!

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - ...o ambiente para o dia 13. A Comissão não pode ficar sujeita a isso. É muito sério. Nós temos que retomar o caminho do País. Nós precisamos da estabilidade. Nós precisamos debater seriamente as contas e não fazer desta Comissão um teatro, como alguns que chegaram aqui de cabelo molhado e foram até V.Exa. para tentar estrangê-lo, para tentar inviabilizar este debate.

Eu estou aqui desde o início dos trabalhos. Nós exigimos que, na retomada dos trabalhos, possamos ler as atas, discutir e aprovar esta matéria, porque o País não aguenta mais essa luta que tenta ser feita a partir, também, da Comissão de



Orçamento. É uma luta política, irresponsável, contra o País, que tem paralisado a nossa economia. Quem tem sofrido com isso é a população mais pobre.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Wadson Ribeiro.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Então eu faço um apelo para que retomemos o nosso trabalho. A Base do Governo tem maioria aqui. Nós vamos debater e aprovar esta matéria, porque o País precisa caminhar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Wadson Ribeiro.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, são duas questões de ordem. A primeira é que existe o prejuízo da leitura da ata, porque, no momento em que a Ordem do Dia começou — inclusive eu fui citado lá e precisava usar da palavra—, se eu tinha que estar lá e estava aqui, houve um prejuízo para a atividade parlamentar na leitura da ata. Então não poderia terminar de ler a ata. A outra questão de ordem é que não se pode suspender a sessão. Ela precisa ser encerrada, encerrada. Estas são as questões de ordem.

Quero dizer também que não existe, por parte da Oposição, uma tentativa de atrapalhar o País como o nobre Deputado Wadson Ribeiro disse.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Eu fui citado e tenho o direito de resposta.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Por favor, com resposta.

Para concluir a minha palavra, a Oposição simplesmente quer que o Regimento seja respeitado, o que não acontece neste momento. Então nós aqui colocamos que existe uma ordem. As atas têm que ser discutidas uma a uma. Não se pode ler quatro atas, e, depois, discuti-las em globo. As atas têm que ser discutidas uma a uma. A sessão tem que ser encerrada. Não pode ser suspensa. Depois, precisa haver quórum para recomeçar a sessão. Se der quórum o Governo, haverá a ordem da votação, complementando o rito de avaliar ata por ata, preservando os direitos do Regimento, o que não está acontecendo aqui.

Então fica a nossa questão de ordem a ser respondida.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Caio Narcio, agradeço a vossa colaboração.

Passo a palavra ao Deputado Samuel Moreira, para eventualmente colocar...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, inicialmente eu faço as palavras do Deputado Caio Narcio as minhas palavras. É uma questão de ordem importante que ele levantou sobre a suspensão ou o encerramento da nossa sessão.

Segundo, Sr. Presidente, eu quero fazer é um apelo a V.Exa., porque V.Exa. foi muito preciso na leitura do artigo que estabelece o fim da reunião da Comissão, na medida em que começa a Ordem do Dia. V.Exa. não deixou qualquer dúvida ao ler o artigo do Regimento. Portanto, deveria ter terminado imediatamente. Na medida em que os Deputados manifestaram que começou a Ordem do Dia, precisava ter interrompido a nossa sessão. Não poderia sequer permitir que se continuasse lendo a ata. Isso promoveu esta grande confusão.

Então faço um apelo a V.Exa. para que siga o Regimento rigorosamente, para que possamos ter paz na condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Samuel Moreira, a nossa...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quero também alertá-lo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...orientação é no sentido de seguir rigorosamente o Regimento. V.Exa. pode estar certo disso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, quero só concluir.

Com todo o respeito que eu tenho por V.Exa. — eu tenho uma admiração pelo vosso trabalho —, eu quero só alertá-lo de que nós também precisamos discutir as atas individualmente. Então, fica também registrado este posicionamento no sentido de que seja cumprido o Regimento. Não é uma questão de Situação ou Oposição. Aqui não é uma questão de Situação ou Oposição, mas de cumprir-se o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Samuel Moreira.



Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, que está inscrito também para fazer as suas considerações antes de suspendermos a nossa sessão.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, eu acho que a Oposição tem todo o direito, ela está aqui para isso, para impedir a Presidenta Dilma de governar, para pedir o *impeachment* da Presidenta Dilma, para não deixar a Câmara funcionar, tudo isso ela pode fazer, exigir o Regimento — e V.Exa. vem cumprindo o Regimento. Agora, um Deputado chega e durante a sessão por dez vezes pede questão de ordem para discutir a mesma coisa.

V.Exa. está cumprindo o Regimento? Se for para judicializar, judicialize. É mais uma. Vocês estão judicializando tudo. Não tem problema. Vamos tocar o barco, vamos votar. O que nós não podemos é deixar que as coisas se ganhem no grito. No grito não vai ganhar. Ninguém vai ganhar no grito aqui.

Então, judicialize e vamos tocar o barco. Vai judicializando. Segue o Regimento. Nós não podemos ficar meia hora aqui discutindo uma questão de ordem.

O Deputado Izalci, desde que chegou aqui é a mesma coisa, a mesma ladainha, o tempo todo, é a mesma coisa, a mesma questão de ordem que não existe. O Regimento está sendo cumprido. Pelo amor de Deus!

Aí V.Exas. não admitem que a gente diga que V.Exas. estão atrapalhando o Brasil, que V.Exas. estão atrapalhando a economia brasileira. V.Exas. querem impedir uma votação exatamente às vésperas de uma mobilização que V.Exas. querem fazer no dia 13. É isso que V.Exas. não querem. V.Exas. estão com medo que essa votação aqui enfraqueça a mobilização de V.Exas. Simbolicamente é ruim a Presidenta Dilma ter as contas dela aprovadas, porque o dia 13 está aí. E V.Exas. estão com medo.

V.Exas. não têm segurança? Vão para as ruas! Vão mobilizar o povo! Não é nisso que V.Exas. acreditam?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, art. 74, inciso VII.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exa. já usou a palavra pelo menos dez vezes nesta sessão repetindo a mesma questão de ordem.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas eu fui citado. Eu fui citado, e tem no Regimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Solicito a V.Exa. que suspensão para que possamos ir para o plenário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ou não vamos cumprir o Regimento aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O.k. Nós vamos suspender.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Art. 74, inciso VII.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exa. foi citado e tem 2 minutos para responder.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, quebraram o País! Ninguém aqui é contra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Questão de ordem...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso daí não é... Perderam a eleição no voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...ou para responder o que foi dito. Não é para debater mérito de matéria que não está na pauta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perderam a eleição.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu começo a falar e V.Exas. me cortam! V.Exa. me deu 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um minuto para questão pessoal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quebraram o País! Assaltaram o País! É como disse o Ministério Público: uma quadrilha organizada! E agora vai dizer que nós que não queremos deixar o País crescer? O que nós queremos é que as contas sejam reprovadas, rejeitadas, conforme o Tribunal de Contas, que nem citou a PETROBRAS — Petróleo Brasileiro S.A. Nem citou! Eu citei no meu voto.

Agora, se deixar essa turma continuar assaltando o País, nós não vamos recuperar nunca a economia. O que nós queremos é o afastamento imediato dessa Presidenta para que o Brasil possa ter rumo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas nós não estamos discutindo isso neste momento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas vamos discutir!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós temos uma pauta com 20 itens.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos discutir! A prestação de contas é que vai levar a isso. O Brasil está quebrado por isso: pela irresponsabilidade.

Vamos aprovar depois, na hora certa.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Ganhe a eleição, Deputado Izalci. Ganhe a eleição, Deputado Izalci. Ganhe a eleição e pare de chorar.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Tem que assegurar a palavra dele. Tem 2 minutos ou não tem?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai me deixar falar?

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Isso é choro de perdedor. Ganhe a eleição, Deputado Izalci!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deixe-me concluir, deixe-me dizer. Presidente, foi dito em todos os jornais. Está muito claro, nós não concorreremos, está muito claro isso, nós não concorreremos com partido político.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Isso é choro de mau perdedor!

O SR. DEPUTADO IZALCI - Em 2014, nós concorreremos, como disse aí o Ministério Público...

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Vou dar um lenço aqui, Presidente.

O SR. DEPUTADO IZALCI - ...foi com uma facção, com uma organização criminosa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

(Não identificado) - Vamos parar de mi-mi-mi.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Dá a palavra dele.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu posso falar?

(Não identificado) - Facção são vocês, Deputado Izalci!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu recolho as questões de ordem para responder na sequência da nossa reunião. O art. 24 do Regimento Comum dá ao Presidente a prerrogativa de suspender a sessão...

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Encerrar a sessão! Não pode suspender! Não pode suspender! Não pode suspender, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - ...por questão de ordem.



A sessão está suspensa até o final da Ordem do Dia da Câmara, do Senado, ou do Congresso Nacional. Eu retomo, com ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Boa noite a todos.

Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Diante do acordo de Lideranças hoje, ao qual estavam presentes Deputados da Base e da Oposição e o Presidente da Casa, que solicitaram que esta Comissão não deliberasse mais nesta semana, a Presidência decidiu suspender a reunião da manhã, em vista do início da Ordem do Dia.

Portanto, convocamos as reuniões da próxima semana. Antes, porém, informo ao Plenário que, no dia 17 de março, quinta-feira, às 10 horas, está agendada reunião conjunta de audiência pública com a presença do Sr. Alexandre Antonio Tombini, Presidente do Banco Central — BACEN, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Informo, ainda, que está sendo feito contato com o Sr. Otávio Ladeira de Medeiros, Secretário do Tesouro Nacional, para a realização desta audiência pública, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, primeiro, quero cumprimentá-lo e à Senadora Rose de Freitas, nossa Presidente. Ainda temos nesta Comissão várias matérias relevantes para o País. Há pouco estivemos reunidos com V.Exa. e com a Presidente da Comissão, Rose de Freitas, analisando este contexto.

A princípio, nós viemos para este plenário na expectativa de que a reunião fosse encerrada. A Presidente Rose de Freitas nos fez uma proposta, e nós aquiescemos. S.Exa. está preocupada com matérias relevantes como, por exemplo, algumas medidas provisórias que asseguram créditos e dotações orçamentárias para diversos Ministérios, além de matérias que envolvem a Justiça do Trabalho.

Neste cenário, nós entendemos que o acordo que estamos fazendo nesta Comissão, presidida pela Presidente Rose e por V.Exa., Deputado Jaime Martins, é suspendermos esta reunião para retomarmos os trabalhos a partir das 15 horas da



terça-feira, precedidos de uma reunião com os Líderes às 14 horas. Esta foi a proposta que a Presidente nos fez e que nós aquiescemos, para que possamos, com este espírito e com a autonomia que cabe a esta Comissão, no Colégio de Líderes da Comissão, definir as prioridades que julgamos as mais interessantes para o País e tentar avançar no que for consensual. Não havendo consenso, o que é próprio da democracia, nós vamos, naturalmente, para o embate.

Espero, com isso, avançarmos em algumas matérias. Obviamente, nós vamos lutar para impedir a aprovação de matérias que consideramos não apropriadas.

Aproveito para cumprimentar V.Exa., Sr. Presidente, pela forma como tem procurado construir o entendimento na reunião que tivemos há pouco. Quero cumprimentar, especialmente, a Presidente Rose de Freitas, diante do vigor da sua presença, o que nos dá a convicção de que está bem de saúde. É isso que desejamos a todos os nossos colegas aqui, especialmente a V.Exa., Senadora Rose, cuja história é um exemplo para nós.

V.Exa. nos falava, Senadora Rose, entre trabalhos e amenidades, eu diria com tranquilidade e suavidade, dos momentos mais difíceis em que passou mais de 1 ano sofrendo com a perseguição de regimes autoritários, regimes que V.Exa. precisou enfrentar. A sua história fala por si. Portanto, é muito bom tê-la novamente aqui, pronta para colaborar com a Presidência desta Comissão, até porque o acordo que acaba de ser feito foi encaminhado por V.Exa.

Esta é a posição que nós trazemos, para que fique registrado que esta Comissão entendeu por bem que deve retomar os trabalhos na semana que vem, estabelecendo a sua pauta. Como esta Comissão é composta de Deputados e Senadores, ela não pode se submeter a decisões que não sejam construídas pelos próprios pares.

Era o que tinha a dizer, prezado Deputado Jaime Martins.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, como temos medidas provisórias relevantes, eu apresentei um requerimento, ressaltando o que diz o art. 111 da



Resolução nº 1 do Congresso Nacional: *“Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”.*

Houve entendimento e modificação na Medida Provisória nº 709, mas há controvérsias. Assim, seria interessante sabermos como a Consultoria da Casa entende este fato antes do início da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou determinar à secretária da Comissão que se reúna com os consultores que ajudaram a elaborar o parecer para que, junto do Relator desta matéria, verifique as ponderações que estão sendo feitas pelo Deputado Izalci, a fim de que na terça-feira, na próxima reunião de Líderes, tenha o maior número de informações possível. Naturalmente, todos desejamos votar aquilo que esteja correto, que esteja conforme o Regimento.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nosso entendimento é que não pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra a Sra. Senadora Rose de Freitas.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Sr. Presidente Jaime Martins, eu estou muito feliz e quero lhe dizer que devo isso a V.Exa. e ao Deputado Izalci, à presença do espírito público de V.Exas. Nós só caminhamos em alguma direção quando temos a capacidade de dialogar, respeitando o compromisso e o limite político de cada um. Nunca faltou a esta Comissão a presença de espírito da Oposição, liderada por V.Exa., que sempre se dispôs a conversar e chegar a um entendimento profícuo. Eu agradeço sobremaneira.

A partir do dia 29, vamos sentir falta daqueles que acabaram consolidando vantagens e posições políticas interessantes para o regime democrático em que vivemos.

Esta Comissão fez um acordo, mas sob o sentimento de uma Comissão mista, sem que tenha havido interferência na nossa conversa e no acordo que se produziu na Câmara. Do contrário, seria um total desrespeito à presença do Senado, que aqui represento. É evidente que a referência ao fato de que houve entendimento entre eles sobre a votação da Câmara não é o mesmo entendimento. Nós não estamos votando agora porque o Senado está votando medidas provisórias, com previsão de término altas horas da noite.



Agradeço a V.Exa., Deputado Jaime Martins, a sua solidariedade a mim nos momentos complicados. Se eu soubesse que V.Exa. era tão bom assim, eu já teria passado a Presidência a V.Exa.

Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nossa obrigação, naturalmente, é colaborar com V.Exa., Senadora Rose de Freitas.

Temos aqui uma plateia um tanto reduzida, mas tenho certeza de que no dia 29, quando encerrarmos nossos trabalhos nesta Comissão, diante de tantas controvérsias e embates políticos, além da crise e dos momentos difíceis que o País atravessa, a Comissão apresentará o resultado do seu trabalho de forma muito digna.

Em toda a história da Comissão Mista de Orçamentos, creio que este foi um ano extremamente produtivo. A Presidente Rose de Freitas nos liderou num processo que culminou com a votação de matérias importantes, como o Plano Plurianual, entregues à sua responsabilidade. Entregamos o Orçamento dentro do ano, o que não acontecia havia vários anos. Damos ao Brasil um orçamento que representa um norte para a economia brasileira.

Eu sou testemunha do grande esforço de S.Exa. não só em discutir temas de interesse da Nação, mas também em desengavetar matérias que havia décadas não eram votadas, o que permitiu o embate democrático entre quem defende e quem é contra, mas de forma transparente, sob os olhares atentos das câmeras de TV e da população.

Este ano de trabalhos desta Comissão vai ser extremamente produtivo. É com este espírito que estamos aqui, fazendo acordo com a Oposição, não encerrando esta reunião, mas apenas suspendendo-a, para reiniciá-la na terça-feira, diante dos temas importantes que temos a discutir. Há na nossa pauta vários temas importantes para o País: duas medidas provisórias, além de outras matérias em que já se chegou ao consenso.

Nosso compromisso, como disse o Deputado Domingos Sávio, é votarmos inicialmente as matérias em que há consenso — a Presidente Rose nos liderou nesse acordo. Em relação às matérias passíveis de embate, o que é natural no jogo democrático, vamos à votação.



Antes de declarar suspensão a reunião, Presidente Rose de Freitas, se V.Exa. me permite, convoco reunião de Líderes para o dia 15, próxima terça-feira, para as 14 horas, na sala de reuniões da Presidência, para avançarmos nesta pauta, que já tem itens acordados. Às 15 horas, reabriremos a reunião neste plenário para votarmos o que for acordado. Convoco, também, reunião para o dia 16, quarta-feira, para as 10 horas, neste plenário, e, caso necessário, para as 14 horas, para que possamos construir uma agenda para a semana que vem.

É um grande prazer estar ao lado de V.Exa., Presidente e Senadora Rose de Freitas. Conte comigo no que for preciso, para que possamos encerrar os nossos trabalhos dignamente, cumprindo a nossa missão e fazendo aquilo que a população que para cá nos conduziu espera de nós.

Declaro suspensão a reunião, reiterando as convocações que acabo de fazer.

Boa noite a todos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Hildo Rocha) - Vamos suspender...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, senhor. Não, senhor!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Esta reunião está encerrada! Esta reunião está encerrada! Subserviência aqui não, Deputado Hildo! Existe um Regimento nesta Casa! O senhor não venha fazer esse jogo de subserviência! Eu não sou subserviente ao Governo!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, como é que o senhor pode fazer isso desnecessariamente?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Primeiramente, ele não é Presidente. Ele não é Presidente aqui. Não pode fazer isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Como é que pode fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Na condição de membro e de Vice-Presidente desta Comissão, estamos dando continuidade aos trabalhos.

Com a palavra, o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

Não se pode suspender a sessão sem o acordo com a unanimidade do Plenário. Então, tendo em vista que não há quórum, é necessário que se encerre esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Domingos Sávio) - Perfeitamente.

Nos termos regimentais, está encerrada esta reunião por absoluta ausência de quórum. *(Manifestação no plenário.)*



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Conforme entendimento mantido pelo Plenário desta Comissão, ontem, foi designado para a leitura da 2ª Ata o Deputado Caio Narcio, que não se encontra presente.

Eu gostaria de pedir ao Deputado Jaime Martins que fizesse a leitura da 2ª Ata.

Por entendimento, para que não haja controvérsia ou outra coisa parecida, eu comunico que só serão votadas com quórum no plenário. Portanto, há três Senadores aqui presentes, e faltam agora os Deputados Federais.

Com a palavra o Deputado Jaime Martins.

O SR. DEPUTADO JAIME MARTINS - Pois não, Sra. Presidente.

Ata da 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura da Comissão...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, o Deputado Izalci abre mão da leitura dessa ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Como é?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O Deputado Izalci abre mão da leitura dessa ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Mas só ele abre mão?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu também!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Você também, então...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu também!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero explicar...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vou propor então aqui, Presidente, só fazer esse encaminhamento.

Nós temos aqui três atas de reuniões que são atas...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há duas. Uma já foi votada. Foi lida.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - São quatro. Nós temos mais três a serem lidas. A ata realizada nos dias 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015



já foi lida, que é a da sessão que aprovou o Orçamento. Nós temos mais três atas: a ata da sessão realizada no dia 3 de fevereiro de 2016, a ata da reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2016 e a ata da reunião realizada no dia 1º de março de 2016.

Essas atas estão divulgadas há bastante tempo pela Internet, nos gabinetes dos Srs. Parlamentares. Eu proponho, então, o encaminhamento à dispensa da leitura dessas atas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero fazer um esclarecimento. Aqui tem que estar bem explicadinho, para que não haja nenhuma...

Eu peço até desculpa pelos acontecimentos. Nem todos os comportamentos são iguais nesta Casa. O que aconteceu hoje foi realmente uma atitude que não condiz com o Parlamento, e nós vamos recomeçar.

Para recomeçar, eu vou explicar que essas atas estão sendo lidas, porque foi feito um requerimento para que elas fossem lidas, e todos optaram pela leitura da ata. No entanto, agora, nós estamos em outra sessão, quando já foi lida uma ata, e há mais três para serem lidas.

Está-se propondo para que não sejam lidas mais. Este Plenário é diferente do outro. Eu quero saber se todos estão a favor neste momento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Todos?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todos e todas!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - E foi ele que propôs?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quem propôs está aqui.

Só quero lembrar que, após a leitura, não se vota a ata, não?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

V.Exa. sabe do rito.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aí precisamos do quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu já falei antes, Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só alertando...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. alerta tanto, que eu até me perco nos seus alertas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está bom.



Então, dispensa a leitura e vamos para o voto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A votação...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos discutir as atas.

Alguém gostaria de discutir? Inscreve-se para discutir a ata?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Sra. Presidente, só uma informação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Nós vamos submeter à discussão, e estou entendendo que o Deputado Izalci quer que faça a votação da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, Presidente...

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Mas vai-se pedir verificação?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele sozinho não pode pedir verificação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Presidente, por favor.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, o Deputado Izalci concordou com a não leitura das atas.

Eu também apelaria ao Deputado Izalci, para que abra mão da votação das atas nominalmente, e nós vamos entrar nas matérias. As matérias que forem objeto de votação, que S.Exa. requeira a votação nominal delas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos deixar claro aqui, vamos fazer que nem numa escola de primário. Vamos deixar tudo claro, né?

O que pretende o Deputado Izalci é derrubar a sessão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Ele vai derrubar na matéria.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na hora da votação, não tendo quórum, ele vai derrubar mais uma vez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não da ata, mas da matéria.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente, permite-me uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Primeiro uma questão de ordem para o Deputado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A votação da ata é com quórum do livro. Se o Deputado quiser pedir verificação, ele tem que ter apoio. Para isso, S.Exa. tem que ter o apoio de quatro Parlamentares. Portanto, a votação será simbólica, sem que S.Exa. possa pedir verificação nominal. E eu peço a V.Exa., acolhendo a minha questão de ordem, que possa tocar adiante a sessão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos voltar para onde estávamos: na discussão das atas. Eu não posso passar para a votação sem haver discussão.

Há quem queira discutir?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não, não, não, não.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Presidente, antes de encerrar a discussão, eu queria ouvir do Deputado Izalci se S.Exa. vai pedir votação nominal agora ou assim que entrarmos na discussão das matérias da pauta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. pode responder?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Posso. Eu quero cumprir o acordo que fizemos. Nós fizemos um acordo de Liderança e estabelecemos que qualquer votação só se faria com quórum. Então, cabe ao Governo...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O quórum, em primeiro lugar, é o da presença, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cabe ao Governo colocar o quórum. Foi isso o que nós combinamos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se S.Exa. tiver apoio para pedir verificação, ele vai pedir. Não tendo apoio...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu posso citar o artigo.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós temos que nos basear na lista de presença para dizer se há quórum ou não. Conforme a lista de presença, há quórum. Podemos colocar a matéria em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vai insistir na votação?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Há quórum. O k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Podemos proceder à votação, e depois V.Exa. pede verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O k.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos verificar a lista de presença. *(Pausa.)*

A lista de presença registra quórum na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Portanto, se ninguém quiser discutir nenhuma das atas nem fazer qualquer tipo de encaminhamento, passaremos à votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eles querem votar, mas combinamos de haver quórum. Estou aguardando, porque sem quórum nós não vamos votar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas há quórum. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero esclarecer que há quórum na Câmara dos Deputados; falta quórum no Senado Federal. *(Pausa.)*

Há um problema na base do Governo.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não, não há problema na base do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há problema na base do Governo.

Eu declaro a sessão suspensa por meia hora, para que a base do Governo coloque os Senadores aqui dentro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não há necessidade, Sra. Presidente. Há quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não há seis Senadores para votar.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Senadora Rose, há quórum. Quem está pedindo verificação de quórum aqui no Senado? Eu gostaria que o



Senador que tenha feito o pedido de verificação o fizesse, a menos que V.Exa. decida pedi-lo. Aí tudo bem, eu concordo que não haja quórum.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há desrespeito de V.Exa...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Senadora Gleisi Hoffmann, V.Exa. deve saber fazer conta e conhece todos os seus pares. Há V.Exa. e a Senadora Rose de Freitas; são só dois.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Não há desrespeito, não. Está diferente esse acordo. Eu não aceito isso. Eu não aceito isso, Senadora Rose de Freitas. Eu não a estou desrespeitando. Decida. Pode-se decidir pela suspensão, mas está errado isso. Está errado, colegas! O Deputado fez acordo com a Câmara e está achando que vai fazer com o Senado?

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Está reaberta a reunião. Vamos passar à votação da ata.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, V.Exa. acabou de suspender a reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Foi suspensa por até 30 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, nós estamos inscritos para discutir essas atas.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, não houve encerramento de discussão.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Foi encerrada ontem.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não houve encerramento de discussão. Quando eu cheguei, entrei nesta sala, a Presidente estava exatamente dizendo que queria iniciar o processo de votação, e não havia quórum.

Sra. Presidente, ao me dirigir a V.Exa., eu disse que, quando suspendemos os trabalhos presididos pelo Deputado Jaime Martins, na semana passada, e V.Exa. retornou a este plenário, à noite, demonstrando o seu compromisso com esta



Comissão: *“Nós concordamos com a suspensão”*. Não foi nem encerramento, foi suspensão...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. diga em poucas palavras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou resumindo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. deseja...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Desejo discutir a ata.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. chegou depois que todos abriram mão de discutir a ata. V.Exa. chegou depois, mas, se V.Exa. quiser discuti-la, diga a mim: *“Eu quero discutir a ata”*. Eu vou consultar se todos concordam em abrir esse precedente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - ...para V.Exa. discutir a ata.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas antes eu gostaria, Sra. Presidente, de explicar a V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. estão de acordo que agora, chegando depois de eu ter dado a palavra, o Deputado Domingos Sávio discuta a ata?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu gostaria de, primeiro, explicar a V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pela ordem, com a palavra o Deputado José Rocha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Gostaria de chamar aqui quem...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem está com a palavra, eu ou o Deputado Sávio?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - ...acompanhou essa questão, o Líder do Governo...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Quem está com a palavra?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Eu quero concluir o meu raciocínio.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Deputado não vai deixar V.Exa. falar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu quero explicar a V.Exa., a todos que estão neste plenário, que a Secretaria da Mesa acompanhou o ocorrido. Está registrado por gravação nesta Casa, mas eu creio que nada disso se faz necessário, porque eu confio na palavra do Líder do Governo, Deputado Paulo Pimenta, que está aqui, e o que ocorreu aqui pela manhã foi exatamente o seguinte. Nós estávamos presentes, aguardando que houvesse quórum. Como a reunião foi prorrogada por V.Exa., por suspensão, para ser reaberta às 10 horas — o Regimento nos estabelecia um prazo de 30 minutos para aguardarmos o quórum —, estávamos aqui aguardando o quórum, e fomos surpreendidos. Antes do limite regimental, que seria de 30 minutos, por volta das 10h20min, o Deputado Hildo sentou-se a essa mesa, surpreendendo-nos, porque ele não é da Mesa Diretora da Comissão, e disse que estava abrindo os trabalhos. Ato contínuo, disse que ia suspender a reunião. Eu prontamente protestei, disse que ele não poderia suspendê-la, que ele estava abrindo os trabalhos sem quórum regimental, pois não havia nenhum Senador, ou melhor, havia apenas a Senadora Gleisi Hoffmann, uma única Senadora presente. O Regimento é claro, tem que haver a presença de no mínimo dois Senadores para abertura ou sequência dos trabalhos. Naquele momento, eu tomei a palavra, dizendo que teríamos que encerrar a reunião. O Deputado Paulo Pimenta me fez um apelo para que observássemos o aspecto regimental de tolerar os 30 minutos. Eu concordei com ele, e disse: *“Eu me disponho não apenas a aceitar o seu apelo”*. No prazo dos 30 minutos, eu poderia, claro, como qualquer colega aqui poderia, com base no Regimento, dizer — nem Deputados havia em número suficiente: *“Vencidos os 30 minutos, não há dois Senadores. Está encerrada a reunião”*. E, no acordo, nós dissemos: *“Vamos concordar que exatamente às 10h31min seja considerada suspensa, por acordo”*. Mas havia uma condição no acordo: sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, o Colégio de Líderes seria chamado para se reunir antes da reunião das 14 horas — então estaria suspensa até as 14 horas — para estabelecermos, de comum acordo, uma pauta consensual.



O Deputado Paulo Pimenta concordou com isso. Eu registrei isso, está nas notas taquigráficas, e disse que estava suspensa por acordo para, primeiro, fazermos uma reunião. Por isso não me apavorei, inclusive, de chegar aqui às 14 horas. Entendi que iria chegar para debater lá na sala com V.Exa., com o Deputado Paulo, que é o que eu quero fazer. Quero debater com calma uma pauta que V.Exa., Presidente Rose, defina como a sequência prioritária. Aí votaríamos por acordo, e aquilo em que não existe acordo, aí sim, nós trabalharíamos em ritmo de obstrução.

É isso, Presidente. É por isso que, se não se for respeitar esse acordo, nós queremos discutir, nós vamos continuar em ritmo de obstrução, inclusive na votação das atas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não pararam até agora de fazer obstrução, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Inclusive presidiu sem autorização a Comissão. Desculpe-me.

Deputado Paulo Pimenta, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. não está com a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deputado Domingos Sávio...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa., por favor, ouça. Não custa nada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há o relato que foi dado aqui pelo Deputado Domingos Sávio. É um relato preciso do que aconteceu.

Ocorre, Deputado Domingos Sávio, que, após a chegada da Presidenta, nós nos reunimos na sala do Colégio de Líderes. Estavam lá presentes os Deputados Izalci e Caio Narcio. Eu inclusive questionei os Parlamentares presentes se nós poderíamos tratar de questões de acordos e de procedimentos da pauta, e avançamos, em comum acordo com a Presidenta, no acordo de procedimentos, em que ficou definido que nós retomariamos a reunião a partir das 14 horas,



diretamente do plenário, com a observância da pauta, sem obstrução, Deputado Domingos Sávio, e que nós não faríamos o requerimento para inversão da pauta na Ordem do Dia.

Eu questionei inclusive a Presidenta Rose e todos os Parlamentares que estavam presentes. Foi feita uma reunião, foi feito um acordo de procedimentos.

Eu reconheço que V.Exa. não estava presente, mas havia uma representação do PSDB...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E nenhum dos outros Líderes, pelo visto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Só havia a Liderança do PT e a Presidência.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, eu quero dizer a V.Exa. que, de minha parte, aquilo que foi acordado com a Presidenta, do meu ponto de vista, é um acordo razoável para ambas as partes, digamos assim, e permite que nós possamos aqui, sem qualquer tipo de atropelo, dar conta de toda a pauta que está prevista na Comissão. Nós deveríamos dar sequência à reunião nos termos daquilo que nós tratamos com a nossa Presidenta.

É isso que eu proponho. É isso que eu sugiro que seja feito.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sra. Presidente, demais membros desta Comissão Mista de Orçamento, há na pauta do dia várias medidas provisórias, entre elas a MP 710, de 2016, que abre crédito em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de encargos financeiros da União. Há também a MP 709, de 2016, que libera recursos para salvar os Municípios que tiveram cheias, Sra. Presidente, senhores membros deste Colegiado de Deputados e Senadores.

Está aqui a prestação de contas do TCU e uma série de proposições. Nós não podemos fugir da nossa responsabilidade de votar, Sra. Presidente.

Foi feito um acordo. Deputado Domingos Sávio, por gentileza, eu gostaria que V.Exa. prestasse bastante atenção. Foi feito um acordo e, de fato, V.Exa. não estava



lá, mas estavam lhe representando os Deputados Caio Narcio e Izalci. E eles concordaram que não houvesse obstrução para que nós votássemos essas matérias, que são de interesse do nosso País.

Depois de serem votadas é que nós vamos tratar da prestação de contas e do julgamento de prestação de contas. Isso aqui não pode mais esperar. O Judiciário vai parar! A Justiça do Trabalho vai parar, Sr. Deputado! Não vamos impedir as votações aqui na Comissão Mista de Orçamento. Nós não podemos fazer isso. Vamos votar, o Brasil espera isso de nós.

Nós juramos cumprir a Constituição Federal. São atribuições nossas. Vamos votar o que interessa ao nosso País. Isto é o que eu quero, Sra. Presidente, demais membros, que votemos, e que votemos o que é de consenso. Isso foi tratado aqui com o Deputado Izalci, o Deputado Caio Narcio e demais Deputados que ali estavam.

Vamos ter responsabilidade com o nosso País!

É isso que eu quero, que eu peço, que eu suplico ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, eu fui citado várias vezes. Eu quero falar, com base no art. 74.

Presidente, o acordo que foi feito é exatamente o mesmo acordo que V.Exa. fez lá atrás.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Será respeitado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É isso. Não mudou nada no acordo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Será respeitado o acordo.

Podemos começar os nossos trabalhos verdadeiramente?

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sim, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Consulto V.Exas.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, eu fiz o meu relato. Fui respondido pelo Deputado Paulo Pimenta, que concordou na íntegra que o que eu relatei foi a pura verdade. V.Exa. presidiu uma reunião em que estava presente o Deputado Izalci... Eu não estava presente porque não sabia que a reunião iria



ocorrer ato contínuo, não tinha como saber. Mas confio absolutamente em V.Exa. e entendo que acordos celebrados devem ser respeitados. É uma prática diante da qual nós sempre nos curvamos aqui.

Como entendo que este acordo serve ao interesse do País, que é o de votarmos medidas provisórias e matérias sobre as quais existe um entendimento consensual, vamos cumprir o nosso papel e, mais do que isso, colaborar, não pedindo verificação de quórum, apenas nos reservando o direito de discutir, de debater, de expressar o nosso sentimento, mas deixando claro que não iremos ter uma atitude que facilite a aprovação de matérias que entendemos que não atendam o interesse do País e que não representam um consenso.

Então, entrego o meu apoio à condução proposta por V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu agradeço a V.Exa. V.Exa. tem sido sempre assim. E, se por um momento eu ficar exaltada, V.Exa. me perdoe, por favor.

Vamos continuar os trabalhos.

Temos uma pauta... Gostaria de colocar em votação simbólica as quatro atas que foram lidas. Pode ser assim?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Aqueles que estão de acordo...

V.Exa. ainda deseja discutir? *(Pausa.)*

Não havendo interesse na discussão, vamos passar à votação das quatro atas.

Posso fazer a votação global?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Pode.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em votação as atas lidas no plenário.

Em votação na Câmara dos Deputados.

Aqueles que apoiam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal. *(Pausa.)*

Aprovadas.



Há sobre a mesa expediente.

Conforme decidido na quarta reunião extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião.

Informo ainda que a lista com expedientes está no correio eletrônico e também foi enviada aos gabinetes de membros e Lideranças partidárias.

Para o entendimento de todos, todos estão com a ordem da votação?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Sim.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quem não está? Por favor, Secretaria, distribua a cópia da ordem de votação.

O primeiro item da pauta é a Medida Provisória nº 709, de 2015, que *“abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Saúde, da Cultura, do Esporte, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e da Secretaria de Aviação Civil, da Secretaria de Portos e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$1.318.639.330,00, para os fins que especifica”*.

O Relator é o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Com a palavra o Relator.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, precisamos da cópia do relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exa. tem que ler o relatório para que ele seja discutido.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Onde está o relatório?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O senhor é quem sabe. O Relator é V.Exa. (*Pausa.*)

Walbinson, S.Exa. quer o relatório.

Peço que a Secretaria faça a distribuição dos relatórios e que o Sr. Walbinson esteja à mesa. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Presidente, se os nobres Deputados concordarem, gostaria de ler só o voto. Deputado Izalci...



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Se chegar o relatório primeiro...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. A votação, inclusive, tem que ser feita bem pausadamente para entendermos...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Ficou esclarecido que vai ser lido o relatório na íntegra para que possa ser discutido.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E pausadamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Obrigado, Presidente. Essa matéria tem alguma polêmica. É bom que ela seja bem explicitada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não.

Deputado Gaguim, venha à mesa.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Estou aguardando só o assessor. *(Pausa.)*

Aguardem um instante só. O nosso consultor está chegando.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pode proceder à leitura. *(Pausa.)*

O Deputado Gaguim se encontra com problemas para proceder à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Gostaria que o Deputado Hildo Rocha fizesse a leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Faço na hora!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Hildo Rocha para proceder à leitura do relatório do Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - "Relatório.

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, a Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 619, de 30 de dezembro de 2015, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$1.318.639.330,00 (um bilhão, trezentos e dezoito milhões, seiscentos e trinta e nove mil, trezentos e trinta reais), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, conforme demonstrado a seguir: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 30 milhões e 39 mil reais; Fundo Nacional de



Saúde, 232 milhões e 952 mil reais; Ministério da Cultura, 2 milhões e meio; Ministério do Esporte, 47 milhões e 536 mil reais; Ministério da Defesa, 143 milhões e 251 mil reais; Ministério da Integração Nacional, 744 milhões e 500 mil reais; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, 5 milhões de reais; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, 2 milhões de reais; Departamento Nacional de Obras contra as Secas — DNOCS, 2 milhões de reais; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, 5 milhões de reais.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Por favor, não chegou às minhas mãos esse relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados que colaborassem com o orador, por favor.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Quero fazer uma correção, Sr. Relator. Os valores são: R\$30.039.480,00; R\$232.952.388,00; R\$143.251.462,00. V.Exa. está arredondando os valores. Depois, vai ficar equivocado o registro na ata. Vai ficar errado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Continuando:

“Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, 5 milhões de reais”.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sra. Presidente, primeiro, eu desejaria receber o relatório para que eu pudesse acompanhar a leitura.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - “Ministério do Turismo, 72 milhões e 750 mil reais; Transferências Constitucionais — Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, 8 milhões de reais.

O subtotal é de R\$1.295.529.330,00.

Anexo III — Investimento das Estatais.

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — INFRAERO, 2 milhões de reais; Companhia Docas do Espírito Santo, 250 mil reais; Companhia das Docas do Estado da Bahia, 3 milhões e 460 mil reais; Companhia Docas do Estado de São Paulo, 17 milhões de reais; Companhia Docas do Rio Grande do Norte, 400 mil reais.

O subtotal é de 23 milhões e 110 mil e o total geral é de R\$1.318.639.330,00.”



Exposição de motivos.

“A Exposição de Motivos nº 00243, de 2015-MP, de 30 de dezembro de 2015, que acompanha a referida medida provisória, assim estabelece a finalidade das programações elencadas:

1. No Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crédito permitirá o fomento ao setor agropecuário, mediante a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção e manutenção de vias de escoamento danificadas por intempéries, objetivando a elevação da produtividade, a redução de custos e o aumento da renda no campo.”

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, vamos ao voto do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Relator está lendo. Permita que ele conclua. Se ele achar por bem, pode ir direto ao voto.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Se achar melhor o voto, posso ir ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Mas ele está fazendo a leitura, conforme o solicitado.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É melhor o voto?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi solicitado o relatório mesmo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Vamos ao voto, voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, V.Exas. estão de acordo com que o Relator vá direto ao voto? *(Pausa.)*

Vai ler o Relatório todo, não é? O.k.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Deputado Izalci, vamos votar o Relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado José Rocha, não há acordo para o Relator ir direto ao voto.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - “2. No Ministério da Saúde, o crédito garantirá o ressarcimento às farmácias credenciadas no âmbito do Programa Farmácia Popular, referente aos medicamentos que possuem a contraparte de copagamento pelo usuário, que correspondem a aproximadamente 3 milhões de



usuários atendidos mensalmente, para o tratamento de rinite, glaucoma, osteoporose, dislipidemia e de doença de Parkinson, bem como de utilização de fralda geriátrica. Possibilitará, ainda, a aquisição de equipamentos para unidades de saúde de atenção especializada para o atendimento da população de diversas localidades.

3. No Ministério da Cultura, a medida visa atender diversas ações culturais, como a virada cultural de Osasco, no Estado de São Paulo, e ações de infraestrutura cultural nos Municípios de Arroio dos Ratos, São Francisco de Assis e Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul.

4. No Ministério do Esporte, o crédito permitirá a divulgação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, por meio da nova campanha *#SomosTodosBrasil*, que visa mobilizar, sensibilizar e envolver o maior número de pessoas, chamando a atenção da sociedade brasileira para o evento histórico que acontecerá em 2016. Além disso, a medida possibilitará a implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer.

5. No Ministério da Defesa, o crédito permitirá apoiar a operação do Exército brasileiro no combate ao mosquito transmissor do vírus da Dengue, Zika e Febre Chikungunya (*Aedes aegypti*), por pelo menos 3 meses. A operação contará com 1.000 militares por Estado da Federação e do Distrito Federal, totalizando 27.000 militares, bem como a realização de obras de infraestrutura básica nas localidades da região da Calha Norte, com o propósito de melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento econômico e social nas localidades, consolidando a presença do Estado brasileiro nas áreas mais remotas do País.

6. No Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá: na administração direta, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, com vista a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nos Municípios localizados nas regiões estagnadas e proporcionar dinamização das economias locais, a realização de ações de caráter preventivo destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade dos desastres com ações estruturais e não estruturais, a conclusão das obras de integração do Rio São Francisco com as bacias da Região Nordeste para levar segurança hídrica a 390 cidades da região, e a execução de obras de construção de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de suas ações



complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável; na CODEVASF, o apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, com vista a melhorar a qualidade de vida das populações que habitam nos Municípios localizados nas regiões estagnadas e proporcionar dinamização das economias locais; na SUDAM, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica para assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais; no DNOCS, a execução de obras de construção de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de suas ações complementares, visando assegurar o aumento da oferta de água em quantidade e qualidade de forma sustentável, e, na SUDECO, a promoção de investimentos em infraestrutura econômica para assegurar a sinergia entre projetos e propiciar a expansão dos investimentos regionais.

7. No Ministério do Turismo, o crédito viabilizará a adequação de infraestrutura para expansão das atividades do setor e a melhoria da qualidade dos produtos ofertados, permitindo, assim, o aumento do fluxo de turismo e do tempo de permanência dos turistas, com a consequente melhora da renda e geração de empregos.

8. No tocante às transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, o crédito garantirá a recomposição de pagamento a menor a diversos Municípios, em decorrência de incorreção no cálculo dos coeficientes de participação dos Municípios na partilha de recursos de que trata a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

9. No âmbito do Orçamento de Investimentos, o crédito em favor da Secretaria de Aviação Civil permitirá à INFRAERO o pagamento de desapropriações necessárias às obras do Aeroporto de Viracopos, que estão sob a responsabilidade dessa empresa, conforme as regras do contrato de concessão, sendo os pagamentos resultados de decisões judiciais.

10. Na Secretaria de Portos, o crédito permitirá a conclusão de obras em fase final que necessitam de pagamentos residuais imprevistos. Além disso, possibilitará a realização de projetos, estudos e obras relevantes e imprescindíveis para as Companhias Docas do Estado do Espírito Santo, do Estado da Bahia, do Estado de São Paulo e do Estado do Rio Grande do Norte.



Com relação aos pressupostos constitucionais do crédito em análise, o *caput* do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, exige que a medida provisória, que abre crédito extraordinário, deve atender a despesas relevantes, urgentes e imprevisíveis.

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a Medida Provisória, a relevância e a urgência do crédito têm por base as justificativas adiante elencadas:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, pela necessidade imediata de desenvolver ações para minimizar os efeitos das adversidades climáticas no meio rural em diversas localidades do nosso País;

b) Ministério da Saúde, pela necessidade de assegurar os pagamentos às farmácias credenciadas no mês subsequente após o processamento das Autorizações de Dispensação de Medicamentos e Correlatos — ADM; e pela necessidade inadiável de aquisição de equipamentos para unidades de saúde de atenção especializada em várias localidades, para garantir o devido atendimento à população, sob pena de não permitir o funcionamento normal dessas unidades;

c) Ministério da Cultura, pela necessidade de realização de eventos culturais eminentes, com o objetivo de envolver os cidadãos em uma grande interação, estimulando a convivência no espaço público e fortalecendo a produção cultural;

d) Ministério do Esporte, pela necessidade premente de divulgação dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro, de forma a mobilizar, sensibilizar e envolver o maior número de pessoas, chamando a atenção da sociedade brasileira para o evento histórico que acontecerá no ano em curso;

e) Ministério da Defesa, pelo fato de o País apresentar, na atualidade, situação de alta vulnerabilidade para a ocorrência de epidemias de dengue, zika vírus e *chikungunya*. Contribuem para esse cenário a ampla dispersão dos mosquitos transmissores dessas infecções em todas as regiões, a circulação simultânea dos quatro sorotipos da dengue e a vulnerabilidade de grande contingente da população brasileira. A urgência justifica-se, ainda, pelo aumento substancial de novos casos de microcefalia em recém-nascidos no País, associados ao zika vírus, bem como novos casos de dengue e a necessidade de amenizar a situação precária de diversos Municípios na região do Calha Norte;



f) Ministério da Integração Nacional, pela necessidade de reduzir a ocorrência e a intensidade...”

Eu gostaria que o Deputado Izalci prestasse atenção aqui em nossa leitura. Eu estou vendo que ninguém está olhando, eu estou falando aqui para o vento. Todo mundo está falando no celular.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou acompanhando V.Exa.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Por gentileza, prossiga Deputado Hildo Rocha.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - “Ministério da Integração, pela necessidade de reduzir a ocorrência...”, é nesse trecho que V.Exa. está?

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - É nesse trecho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou acompanhando atentamente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nós não estamos olhando, mas estamos ouvindo atentamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, eu consigo ouvi-lo e ao mesmo tempo responder.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Falar no celular.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É claro! Eu tenho muitas atividades em benefício desta Casa, para evitar o desastre que este Governo está tentando impor ao País.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - “f) Ministério da Integração, pela necessidade de reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres por meio de ações preventivas estruturais e não estruturais, além do aumento da oferta de água em quantidade e qualidade, por intermédio da conclusão das obras de integração do Rio São Francisco, com as bacias da Região Nordeste, o que levará segurança hídrica à região do Semiárido nordestino, assolada pela severa crise hídrica nos últimos anos; e por meio de obras de infraestrutura hídrica de pequeno vulto e de ações complementares;

g) Ministério do Turismo, pela necessidade de incrementar rapidamente a infraestrutura turística em diversos locais, em função da necessidade de



aproveitamento das oportunidades no setor de turismo em 2016, criando condições para melhor receber o turista;

h) No âmbito do Orçamento de Investimento, em favor das Secretarias de Aviação Civil e de Portos, pelo risco iminente de interrupção de diversas ações que se encontram em andamento, bem como a necessidade de garantir a continuidade dos investimentos nos respectivos projetos de infraestrutura.

Não constam justificativas com relação ao pressuposto da imprevisibilidade.

Esclarece também que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição.

No prazo regimental foram apresentadas 34 emendas à medida provisória.

É o relatório.

II - Análise

II.1 Exame dos Pressupostos Constitucionais

O § 3º do art. 167 da Constituição Federal dispõe que “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62”. Por sua vez, o art. 62 estabelece que “em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional”.

Consideradas as informações contidas na Exposição de Motivos que acompanha a referida Medida Provisória, depreende-se que se acham atendidos os pressupostos constitucionais quanto à relevância e urgência da medida, haja vista que as consistentes considerações elencadas justificam a adoção da medida. Entretanto, como já antes mencionado, não foram apresentadas as justificativas atinentes ao requisito da imprevisibilidade dos gastos constantes do presente crédito extraordinário.

II. 2 Exame da Adequação Financeira e Orçamentária

O § 1º do art. 5º da Resolução nº 01, de 2002 — CN, que “dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias, a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias



abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

Considerando-se as fontes de recursos, observa-se que o crédito será custeado, em sua totalidade, por recursos provenientes do cancelamento de dotações orçamentárias primárias, nos seguintes órgãos, na forma que se segue:

1. Anexo II — Fiscal e Seguridade:

a) R\$ 30.039.480,00 na programação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pesca;

b) R\$ 8.000.000,00 na programação do Ministério da Fazenda;

c) R\$ 32.952.388,00 na programação do Ministério da Saúde;

d) R\$ 2.500.000,00 na programação do Ministério da Cultura;

e) R\$ 24.568.692,00 na programação do Ministério do Esporte;

f) R\$ 238.968.770,00 na programação do Ministério da Defesa;

g) R\$ 38.500.000,00 na programação do Ministério da Integração Nacional;

h) R\$ 200.000.000,00 na programação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e

i) R\$ 770.000.000 na programação do Ministério das Cidades.

2. Anexo IV — Investimentos das Estatais:

a) R\$ 2.000.000,00 na programação da Secretaria de Aviação Civil;

b) R\$ 21.110.000,00 na programação da Secretaria de Portos.

Destaque-se que não foram apresentadas justificativas na referida Exposição de Motivos acerca da possibilidade de efetivação dos cortes nas programações indicadas, com demonstração da inexistência de prejuízo à continuidade das ações atingidas. Em especial, ressaltem-se as programações abrangidas pelo “Programa Bolsa Família”, classificadas como RP 1 — obrigatórias —, com R\$ 200 milhões, e as programações do Programa Minha Casa, Minha Vida, destinadas à integralização de cotas do Fundo de Arrendamento Residencial — FAR, com R\$ 720 milhões.

Cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.



O § 1º do art. 2º da Resolução nº 01-CN, de 2002, prevê que, “No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato”.

A Exposição de Motivos (EM) nº 00243/2015 MP, de 30 de dezembro de 2015, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002- CN, acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

Exame do Mérito

Tendo em vista a relevância e a urgência explicitadas na EM nº 00243/2015 MP, de 30/12/2015, considerando a necessidade de realização da despesa para a obtenção dos resultados pretendidos; e considerando, igualmente, que a sua execução poderia ficar comprometida se a viabilização dos créditos necessários fosse submetida ao processo legislativo ordinário; entendo ser imprescindível e oportuna essa forma de intervenção do Governo Federal, tornando meritória a edição da Medida Provisória em exame.

Análise das Emendas

Foram apresentadas 34 emendas à Proposição.

O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006 — CN, estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito ao dispor que “somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente.” Por sua vez, o artigo 109, II, “a”, da mesma Resolução estabelece:

Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

(...)

II — oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 30, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto.

Diante disso, devem ser consideradas inadmitidas as Emendas nºs 00001 a 00003, 00018 a 00022, por contrariarem o disposto nos artigos 111 e 109, II, “a”, da Resolução nº 1/2006-CN; as de nº 00004 a 00011; 00027 a 00029, por colidirem



com o artigo 111; as de nº 00031 a 34, por, além de contrariarem o art. 111, não contêm a indicação de cancelamento compensatório.

Já as emendas nº 00017, 00023, 00024, 00026 e 00030 propõem supressão de programações específicas de despesas acrescidas pela referida medida provisória. Nesses casos, nosso voto é pela sua rejeição, por entender que o acatamento dos pleitos prejudicaria a plena execução das despesas suplementadas, tendo em vista o mérito das justificativas apresentadas na Exposição de Motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame.

Em análise às emendas apostas ao presente crédito extraordinário, e considerando a relevância e o mérito das proposições, entendemos pertinente o acatamento dos acréscimos previstos nas emendas de nº 00012 a 00015, bem assim o cancelamento parcial da programação indicada na Emenda de nº 00025.

Dessa forma, mediante o atendimento parcial dos pleitos, procuramos também manter preservar uma parcela da programação acrescida, a fim de que o crédito extraordinário em questão possa alcançar, ainda que parcialmente, as finalidades almejadas.

Voto do Relator

Diante do exposto, somos pela aprovação da Medida Provisória nº 709, de 2015, com as alterações decorrentes da aprovação parcial das Emendas nº 00012 a 00016 e a 00025, na forma do Projeto de Lei de Conversão anexo, considerando-se como inadmitidas as emendas nº 00001 a 00011; 00018 a 00022; 00027 a 00029; 00031 a 00034 e rejeitadas as demais emendas apresentadas à Proposição.”

Deputado Carlos Henrique Gaguim.

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós vamos passar agora à discussão...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Um instante só. Quero dar um aviso aqui. Nós vamos passar à discussão desta MP. Ao iniciar a discussão, eu encerro a lista de inscritos para discuti-la.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu quero me inscrever.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Estão inscritos aqui o Deputado Domingos Sávio, o Deputado Samuel Moreira e Deputado Izalci.

Mais alguém deseja inscrever-se?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Danilo Forte.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Só 1 minuto.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Antes da inscrição, eu queria fazer uma questão pela ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Antes dessa inscrição eu também tenho uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim. Danilo Forte. Mais alguém quer inscrever-se para discutir a medida?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, a inscrição, pelo que eu entendo do Regimento, não tem que se encerrar agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, regimentalmente, ela tem que se encerrar quando se inicia a discussão. Às vezes, deliberamos, permitimos que, no decorrer das que estão, sejam... Deputado Hildo Rocha...

Regimentalmente, quando se inicia a discussão, as inscrições têm que ser encerradas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho uma contestação a fazer.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas o Deputado Caio estava presente e pediu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É o art. 171...

O SR. DEPUTADO IZALCI - É uma contestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O art. 171 diz que os Deputados que desejarem discutir proposição incluída na Ordem do Dia devem inscrever-se previamente na Mesa, antes do início da discussão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Ele manifestou junto à Secretaria da Mesa — eu estava aqui — que desejava discutir essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Quem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O Deputado Caio foi registrar presença e vai voltar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu não posso, antes que ele...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Não, mas ele se manifestou nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ele já pediu a inscrição aqui?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu vou fazer a contestação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu tenho uma contestação. Após isso...

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - A inscrição é pessoal. Ela não pode ser representada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - V.Exa. vai ter a palavra, Deputado Izalci. Peço só 1 minuto antes da sua contestação.

Pela leitura do relatório, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, eu tenho que declarar inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Então, as emendas inadmitidas não estão em discussão. Portanto, essa é uma sequência regimental.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou passar a palavra para o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Pela ordem, Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - O Deputado Danilo Forte está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Só quero uma informação. V.Exa. poderia me dar essa informação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Deputado Jaime. Foi lido, com muita rapidez, mas muito bem lido pelo Deputado Hildo Rocha, porém, não deu para eu captar aqui se a Emenda nº 25 foi admitida ou inadmitida.



O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - A Emenda nº 25 foi aprovada parcialmente.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, concedo a palavra a V.Exa., para a sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É uma contestação, Sr. Presidente, em relação à MP 709, de 2015.

Contestação contra o Relatório da Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, em função do descumprimento do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN (norma regimental que disciplina a apresentação de emendas a créditos extraordinários).

Com o devido apoio, apresentamos contestação, nos termos do art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN, ao relatório da Medida Provisória nº 709, de 30 de dezembro de 2015, em função do descumprimento do art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN, apresentado pelo Deputado Carlos Henrique Gaguim.

De pronto, requer-se seja decidida preliminarmente à votação do Relatório da MP 709/2015 pelo Presidente da CMO a presente Contestação, com base no inciso VIII do art. 15 da Resolução nº 1/2006-CN. A matéria objeto da Contestação, o Relatório da MP 709/2015, ainda se encontra em fase de discussão, atendendo-se, assim, o disposto no art. 148 da Resolução nº 1/2006-CN.

I - Dispositivo Infringido.

Art. 111 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O citado art. 111 determina e disciplina a apresentação de emendas às medidas provisórias de crédito extraordinário, estabelecendo:

“Art. 111. Somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”.

II - Fundamentação.

1. Medidas Provisórias de Crédito Extraordinário. A Constituição Federal, em seu art. 62, §1º, inciso I, letra “d”, combinado com o §3º do art. 167, permite, em caso de urgência, relevância e imprevisibilidade da despesa, nos casos como guerra, calamidade pública ou comoção interna, que o Poder Executivo abra crédito extraordinário para atender despesas que não podem esperar pelo procedimento



ordinário da administração pública no atendimento das necessidades imediatas da sociedade.

A norma prevista em nossa Carta Magna busca resguardar a sociedade de situações extemporâneas, cuja capacidade de planejamento do Governo seja incapaz de prever a ocorrência desses eventos fortuitos.

Ante a excepcionalidade do instrumento previsto para ação estatal, que deve ser imediata e eficaz, a medida provisória de crédito extraordinário produz efeitos no momento em que sua publicação é efetivada no Diário Oficial da União, permitindo aos gestores públicos proceder imediatamente à execução orçamentária e, se possível, financeira decorrente da programação constante ora acrescida na lei orçamentária.

É o que se observa da medida provisória objeto da presente contestação, no que diz respeito ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Até o dia 8 de março de 2016, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal — SIAFI registra que a parcela de 1.295.500 reais teve, em 2015, empenhos no montante de 106,8 milhões de reais (8,24%) e pagamentos totais de 7,8 milhões de reais (0,60%), inscrevendo em Restos a Pagar o valor de 99 milhões de reais. Entretanto, no exercício atual de 2016, o Poder Executivo procedeu à reabertura pelo saldo não utilizado — 1 bilhão e 188 milhões e 700 mil reais — quase por completo, no valor de 1 bilhão, 127 milhões e 500 mil reais (95%), dos quais 920 milhões e 500 mil reais já foram empenhados (81,6%) e 61 milhões e 600 mil reais foram pagos (5,4%). Quanto à execução dos 99 milhões de reais inscritos em Restos a Pagar no ano passado, neste exercício já foram pagos 61 milhões e 400 mil reais (62%).

Medida Provisória nº 709, de 2015.

Ministério da Agricultura e Abastecimento, 22101.

Programa de Trabalho: 20.608.2077.20ZV.6500. Fomento ao Setor Agropecuário Nacional (Crédito Extraordinário).

Dotação autorizada: 30 milhões e 39 mil e 480 reais.

Fundo Nacional de Saúde. Programa de Trabalho, 36901.



Programa de Trabalho:10.302.2015.8535.6500. Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional (Crédito Extraordinário): 32 milhões e 952 mil e 388 reais.

Programa de Trabalho: 10.313.2015.20YS.6500. Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo sistema de Copagamento - Nacional (Crédito Extraordinário): 200 milhões. Empenhado: 58 milhões e 324 mil e 955 reais. Exercício 2016. Reabertura: 141.675.044. Empenhado: 117.929.612. Pago: 60.212.092. Restos a Pagar Pago 58.324.820.

Ministério da Cultura, 42101.

Programa de Trabalho: 13.392.2027.14U2.6501. Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais no Município de Arroio dos Ratos (Crédito Extraordinário). Dotação autorizada: 250 mil. Reabertura: 250 mil.

Programa de Trabalho: 13.392.2027.14U2.6502. Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais no Município de São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário): 500 mil, dotação autorizada. Reabertura: 500 mil.

Programa de Trabalho: 13.393.2027.14U2.6503. Implementação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais no Município de Dona Francisca, Rio Grande do Sul (Crédito Extraordinário): 250 mil, dotação autorizada. Reabertura: 250 mil.

Programa de Trabalho: 13.392.2027.20ZF.6500. Promoção e Fomento à Cultura Brasileira no Município de Osasco, São Paulo (Crédito Extraordinário): 1 milhão e 500 mil de dotação autorizada. Reabertura: 1 milhão e 500 mil:

Ministério do Esporte, 51101.

Programa de Trabalho: 27.131.2123.4641.6500. Publicidade e Utilidade Pública - Nacional (Crédito Extraordinário). Dotação autorizada: 10 milhões. Empenhado: 10 milhões. Inscrito em Restos a Pagar: 10 milhões. Restos a Pagar Pago em 2016: 2 milhões e 888.432.

Programa de Trabalho: 27.812.2035.5450.6500. Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer Nacional (Crédito extraordinário). Dotação autorizada: 37 milhões e 536 mil. Empenho: 4.920.993.



Inscrição em Restos a Pagar: 4.920.993. Exercício 2016. Reabertura: 32.392.622.
Empenhado: 20.511.000.

Ministério da Defesa, 52101.

Programa de Trabalho: 05.182.2058.2161.6500. Apoio das Forças Armadas no Combate ao *Aedes Aegypti* – Nacional (Crédito extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 115.501.462. Empenhado: 8.530.450. Inscrito em Restos a Pagar: 8.530.450. Exercício 2016. Reabertura: 106.971.012. Empenhado: 38.248.596. Pago: 876.599. Restos a Pagar Pago: 148.211.

Programa de Trabalho: 05.244.2058.1211.6500. Implementação da Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Crédito autorizado: 27.750.000. Exercício 2016. Reabertura: 27.750.000. Empenhado: 27.750.000. Exercício 2016 (...)

Ministério da Integração Nacional, 53101.

Programa de Trabalho: 06.182.2040.8348.6500. Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Nacional (Crédito Extraordinário): Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 5.000.000. Empenhado: 5.000.000. Inscrição em Restos a Pagar: 5.000.000.

Programa de Trabalho: 15.244.2029.7K66.6500. Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Orçamentária: 19.500.000. Exercício 2016. Reabertura: 19.500.000.

Programa de Trabalho: 18.544.2084.12EP.6500. Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 393.000.000. Exercício 2016. Reabertura: 393.000.000. Empenho: 392.449.854. Pago: 429.239.

Programa de Trabalho: 18.544.2084.5900.6500. Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Crédito autorizado: 327.000.000. Exercício 2016. Reabertura: 327.000.000. Empenhado: 254.420.491. Pago: 36.500.

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco, 53201.



Programa de Trabalho: 15.244.2029.7K66.6500. Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 5.000.000. Empenhado: 5.000.000. Inscrição em Restos a Pagar: 5.000.000.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, 53202.

Programa de Trabalho: 19.691.2029.8902.6501. Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica - Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 2.000.000. Empenhado: 2.000.000. Restos a Pagar: 2.000.000.

Departamento Nacional de Obras contra as Secas, 53204.

Programa de Trabalho: 18.544.2084.1851.6500. Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação autorizada: 2.000.000. Exercício 2016. Reabertura: 2.000.000.

Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO, 53207.

Programa de Trabalho: 19.691.2029.8902.6501. Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Dotação Autorizada: 5.000.000. Empenhado: 5.000.000. Inscrição em Restos a Pagar: 5.000.000.

Ministério do Turismo, 54101.

Programa de Trabalho: 23.695.2076.10VO.6500. Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional (Crédito Extraordinário). Exercício de 2015. Crédito Autorizado: 72.750.000. Exercício 2016. Reabertura: 72.750.000. Empenhado: 69.222.000.

Recursos sob Supervisão do MF-TRF-MF, 73101.

Programa de Trabalho: 28.845.0903.099B.6500. . Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios para Compensação da Isenção do ICMS aos Estados Exportadores. (art. 91 ADCT) Nacional. (Crédito Extraordinário) Dotação autorizada: R\$ 8 milhões. Empenhado: R\$ 8 milhões. Pago: R\$ 7.765.867,00. Inscrição em Restos a Pagar: R\$ 234.133,00. Total da Medida Provisória nº 709, de 2015 — Dotação autorizada em 2015: R\$ 1.295.529.330,00. Empenhado em 2015: R\$ 106.776.398,00. Pago: R\$ 7.765.867,00. Inscrição em Restos a Pagar em 2015: R\$ 99.010.531,00. Reabertura de crédito no exercício de 2016: R\$ 1.127.538.678,00.



Empenhado em 2016: R\$ 920.531.553,00. Pago: R\$ 61.554.431. Restos a Pagar pago: R\$ 61.361.464,00.

2. Decisão do Relator quanto às emendas apresentadas.

O Relator, Deputado Carlos Henrique Gaguim, é contraditório em seu relatório. Ao proceder à ‘análise das emendas’, relata:

“Foram apresentadas 34 emendas à Proposição. O artigo 111 da Resolução nº 1, de 2006, Congresso Nacional, estabelece regra rígida para o atendimento de emenda nesse tipo de crédito ao dispor que “somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”. Por sua vez, o artigo 109, II, “a”, da mesma Resolução, estabelece:

‘Art. 109. As emendas não serão admitidas quando:

II — oferecerem como fonte de cancelamento compensatório, previsto no art. 166, § 3º, II, da Constituição, programação que:

a) não conste do projeto de lei ou conste somente como cancelamento proposto.’

Diante disso, devem ser consideradas inadmitidas as Emendas nº 00001 a nº 00003; nº 00018 a nº 00022 por contrariarem o disposto nos artigos 111 e 109, II, “a”, da Resolução nº 1/2006 — CN; as de nº 00004 a 00011; 00027 a 00029 por colidirem com o artigo 111; as de nº 00031 a 00034, por, além de contrariarem o art. 111, não conterem a indicação de cancelamento compensatório.

Já as Emendas 00017, 00023, 00024, 00026 e 00030 propõem supressão de programações específicas de despesas acrescidas pela referida medida provisória. Nesses casos, nosso voto é pela sua rejeição, por entender que o acatamento dos pleitos prejudicaria a plena execução das despesas suplementadas, tendo em vista o mérito das justificativas apresentadas na Exposição de Motivos que acompanha o crédito extraordinário sob exame.

Em análise às emendas apostas ao presente crédito extraordinário, e considerando a relevância e o mérito das proposições, entendemos pertinente o acatamento dos acréscimos previstos nas emendas de nº 00012 a nº 00015 (sic), bem assim o cancelamento parcial da programação indicada na emenda de nº 00025. Dessa forma, mediante o atendimento parcial dos pleitos, procuramos



também manter, preservar uma parcela da programação acrescida, a fim de que o crédito extraordinário em questão possa alcançar, ainda que parcialmente, as finalidades almejadas.” (grifo nosso).

Os elementos utilizados pelo Relator para indicar a inadmissibilidade das Emendas de nº 00004 a nº 00011; e nº 00027 a nº 00029, por colidirem com o art. 111 da Resolução nº 1/2006-CN, estão presentes nas emendas de nº 00012 a nº 00016, de autoria da Senadora Rose de Freitas, ou seja, emendas que propõem finalidade diversa daquela prevista pela medida provisória.

De outro lado, a Emenda nº 00025, de autoria do Deputado Hildo Rocha, propõe o cancelamento de 23 milhões de reais da programação do Ministério do Turismo, cujo valor é de 72 milhões e 750 mil reais.

Como apresentado acima, a programação objeto dessa emenda foi reaberta no exercício de 2016, pelo Decreto Sem Número de 3 de fevereiro de 2016, pelo seu valor integral, sendo registrado até o dia 8 de março de 2016, empenhos no montante de 69 milhões e 222 mil reais, ou seja, restando apenas o saldo de 3 milhões e 528 mil reais, não comportando, portanto, o cancelamento proposto.

III — Medida saneadora

Com base no art. 111 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, propomos que seja indicada à inadmissão pela Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, as Emendas de nºs 00012 a 00016, de autoria da Senadora Rose de Freitas, por não atenderem a norma regimental, e da Emenda nº 00025, de autoria do Deputado Hildo Rocha, pela dotação objeto da emenda não possuir saldo para seu atendimento.

Sala da Comissão, em 9 de março de 2016.

Apoioamento dos Parlamentares, previsto no Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, verificarei as condições regimentais da contestação, que deve ser apresentada, naturalmente, por escrito, com o apoioamento necessário. Ela foi apresentada, regimentalmente de forma adequada, durante a discussão. Eu vou recebê-la, sem deliberar sobre ela por enquanto, porque eu quero ouvir o Relator, a Consultoria e o autor dos destaques. Antes de iniciarmos o processo de votação da emenda, nós vamos deliberar sobre a sua contestação.



Passo a palavra em seguida ao Relator, que está com o Regimento nas mãos e com o consultor ao seu lado, para ponderar sobre a sua contestação.

Com a palavra o Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Sr. Presidente, nobres pares, quanto ao acatamento das nossas emendas com relação ao art. 11, como se trata de emenda nacional para atender ao Estado do Espírito Santo, de autoria da Senadora Rose de Freitas, em virtude do que aconteceu no final do ano e do que aconteceu com a cidade de Mariana, prejudicados efetivamente na agricultura, no turismo, na saúde e na educação, no total de 23 milhões — suprimidas em uma emenda do Deputado Hildo Rocha —, nós conseguimos, dentro do mesmo projeto, encaixar esse montante de 23 milhões.

Nesse sentido, em 2008, com a Medida Provisória nº 448, esta Casa acatou essas mesmas emendas no plenário — quando houve a enchente em Santa Catarina —, no total também de quase 30 milhões à época. Portanto, como o Estado do Espírito Santo está precisando, essas mesmas emendas vão beneficiá-lo nas questões de urgência de milhares e milhares de cidadãos. E nós acatamos as cinco emendas da Senadora e a do Deputado Hildo Rocha para a questão do turismo.

É questão de urgência para esses Estados. Famílias e mais famílias estão desamparadas. Há s notícias de rádio, de televisão e de jornais; e nós aqui temos a oportunidade de beneficiá-los não acatando as emendas, esse relatório. Foi basicamente nesse sentido. Houve emenda inadmissível e muitas foram rejeitadas em virtude de serem acatadas as emendas da Senadora, que é daquele Estado também, para podermos sair do blá-blá-blá e colocarmos a coisa para funcionar. O dinheiro já está em caixa e as coisas já estão acontecendo. Era o único dinheiro que estava no caixa do Governo.

Eu sei que esse dinheiro é nacional, mas ele pode ser alocado para os Estados. É nesse sentido que eu queria pedir a compreensão do nobre Deputado, jurista, que entende do assunto, pois se trata de uma questão de urgência.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão, Deputado, não é o mérito.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - E já foi acatado por esta Casa.



O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão é técnica. V.Exa. rejeitou várias emendas utilizando o argumento de que era para acatar as mesmas emendas, que é o caso das emendas da Senadora Rose de Freitas.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, mas o único Estado que está em situação de calamidade pública praticamente é esse. É como foi feito com Santa Catarina à época.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Com relação à emenda do Deputado Hildo Rocha, não há saldo. Tecnicamente não há saldo, porque já foi executado valor superior.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, ela está na nacional, ainda não foi executada, mas ela pode ser...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas o saldo não é suficiente, pelo valor que V.Exa. colocou.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Não, mas ele pode ser remanejado, Deputado. Ele é nacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas não há saldo para remanejar. Estão aqui os valores, não há saldo. Já foram empenhados 69 milhões e pouco, e só há o saldo de 3.528.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Mas nesse empenho não há desvio de finalidade. Esse dinheiro está lá no Ministério e não foi ainda...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Está empenhado, são 69 milhões.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Ele não está empenhado. Ele só está lá, mas ele pode ir para qualquer Estado. Ele é nacional.

Deputado, vamos ajudar lá. Aqui em Brasília está tudo bem, não há uma catástrofe.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão não é essa, Deputado Carlos Henrique Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Aquele Estado está precisando.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão é técnica.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É técnica. Já foi votado e aprovado por esta Casa de acordo com esse mesmo sistema, em 2008.



O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há saldo. Inclusive, no empenho, está indicado quem é o favorecido. A questão é técnica, não tem como...

V.Exa. entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu estou permitindo que V.Exas. tratem disso aqui porque estou tentando estabelecer um acordo para que seja retirada a contestação e possamos votar o relatório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Se V.Exa. tecnicamente resolver isso... O que eu estou dizendo é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - A sua contestação tem amparo regimental, a verdade é essa. Está no art. 111.

O acontece é que nós estamos diante de uma situação fática de um Estado que está em situação de calamidade pública. Se for possível, vamos construir um acordo.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - V.Exa. está com a razão. Eu não tiro a razão de V.Exa. sobre esse artigo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou discutindo aqui a emenda do Deputado Hildo Rocha, a do Ministério do Turismo. Que calamidade é essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Ela é supressiva. A emenda do Deputado Hildo Rocha não está colocando valores. Ela suprime para que as emendas da Senadora Rose de Freitas possam ser atendidas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A Emenda nº 0025, do Deputado Hildo Rocha, propõe o parcelamento de 23 milhões numa programação de 72 milhões, dos quais já foram empenhados 69 milhões, e não há saldo. É isso o que eu estou dizendo, não é calamidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se já foi empenhado, Deputado Carlos Henrique Gaguim, talvez não tenha nem como fazer isso. Vai ter que se cancelar o empenho. Então, é preciso haver um acordo com o Executivo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos votar. Eu tenho a contestação, é só votar. Os elementos foram apresentados.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Eu procurarei a Senadora Rose de Freitas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Eu vou deliberar sobre isso, mas antes quero ouvir os Parlamentares. Portanto, nós vamos passar agora ao processo de discussão.

V.Exa. tem razão do ponto de vista regimental, mas nós temos o fato de calamidade pública no Estado do Espírito Santo, e a Senadora Rose de Freitas nos faz um apelo para que nós acatemos isso.

Senadora, eu vou passar a palavra a V.Exa., uma vez que V.Exa. é autora das emendas que estão sendo aqui contestadas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu não tenho nenhuma dificuldade de aprovar isso, Senadora Rose de Freitas. Eu só estou ponderando.

No caso da emenda do Deputado Hildo Rocha, a questão é técnica: não há saldo para o valor que eles querem remanejar para o turismo, o que não é questão de calamidade pública.

O caso da calamidade pública, vamos votar. No mérito, eu sou favorável completamente, mas há essa questão regimental. Se o Plenário entender que o mérito é relevante, vamos votar favoravelmente, sem problema nenhum.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Se V.Exa. me permitir usar a palavra, não vou fazer uso de nenhum privilégio, até porque não estou presidindo os trabalhos da Mesa.

Quero dizer o seguinte: durante o ano em que estive trabalhando nesta Comissão, jamais usufruí de qualquer benefício do Governo, jamais estive batendo à porta de qualquer um para trocar, acelerar ou não, colocar em votação ou não.

Quando apresentei as emendas, usei o expediente que posso usar, inclusive o valor técnico que V.Exa. possa dar a isso. V.Exa. está dando o valor da conotação da investida que fiz sobre esse relatório. Mas quero dizer que foi a única maneira que encontrei de atender o meu Estado, claramente, sem água turva, sem privilégios, sem interpretação. O Governo negou absolutamente tudo. Tudo!

Jamais adentrei pelo Ministério do Turismo com o Ministro que está lá, que é do PMDB, mas recorri das emendas que fiz para exatamente poder contemplar algumas regiões, até com máquinas, diante da situação em que nós nos encontramos hoje.



Eu gostaria de contestar — entendo tudo que V.Exa. está expondo — e recorrer ao Plenário, Sr. Presidente, porque acho que foi um direito que eu tive, sem o beneplácito de apadrinhamento de qualquer Parlamentar, nem mesmo do meu partido.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Deputado, quero informar a esta Casa que, no dia 31 de dezembro, eu estava, às 14 horas, aqui trabalhando com a Senadora e essa emenda chegou. Eu estava aqui junto com a Senadora e com a sua equipe técnica. Demorou muito para ser votado, já foram quase 3 meses. Naquela época, já estávamos trabalhando nesse sentido. Então, foi essa questão de tempo, mas no dia 31 estávamos aqui trabalhando, o que é a nossa obrigação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Deputado Izalci, eu queria propor, então, um procedimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não. Eu queria propor ao Deputado Izalci o seguinte procedimento: eu vou acatar a sua contestação, mas existe um recurso da Senadora Rose de Freitas para o Plenário da Comissão. Portanto, eu proponho que votemos rapidamente de maneira simbólica. É claro que, se o Plenário aprovar, vamos dar sequência à leitura do relatório nos termos em que ele se encontra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Antes da discussão do relatório, com relação a esse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - É questão de ordem, Deputado?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É questão de ordem, porque, com relação a essa contestação do Deputado Izalci, eu quero, na condição de coordenador da bancada, fazer uma consideração — no momento oportuno discutiremos a medida provisória propriamente — e me dirigir à Senadora Rose de Freitas para destacar — percebi que o próprio Relator e a Mesa compreendem as razões técnicas que levaram o Deputado Izalci a se posicionar — que nós também compreendemos e louvamos a preocupação da Senadora. O mérito é



absolutamente correto. Da mesma forma, estendemos esse sentimento com relação ao Deputado Carlos Henrique Gaguim.

E nós vamos liberar a nossa bancada, sem criar nenhum tipo de dificuldade com relação a essa votação, porque entendemos que, no mérito, a Senadora está absolutamente coberta de razão ao buscar solucionar um problema para o Estado do Espírito Santo, que é de fato extremamente relevante. E muitas das vezes temos que colocar em primeiro lugar a questão do mérito, mas não poderíamos deixar também de reconhecer que é louvável o cuidado técnico manifestado pelo Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, Deputado Izalci, eu estou acatando a sua contestação e, tendo em vista o recurso que a Senadora Rose de Freitas faz ao Plenário, estou submetendo ao Plenário esse recurso para que possamos manter essas emendas, dada a situação emergencial do Estado do Espírito Santo.

Eu indago se alguém quer fazer encaminhamento ou discutir o tema. *(Pausa.)*

Não havendo Parlamentares inscritos para discutir e nem para contestar, submeto o recurso da Senadora Rose de Freitas à votação na Câmara dos Deputados.

Havendo quórum regimental para deliberação, submeto o recurso à votação na Câmara.

Os Deputados que aprovam o recurso da Senadora Rose de Freitas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara dos Deputados.

Submeto agora à representação do Senado o recurso da Senadora Rose de Freitas.

Não havendo Parlamentares inscritos para discutir nem para fazer encaminhamento, passamos à votação.

Os Senadores que aprovam o recurso da Senadora Rose de Freitas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O recurso da Senadora Rose de Freitas foi aprovado.



Deputado Carlos Henrique Gaguim, peço a V.Exa. que dê sequência ao seu relatório. E, agora, vamos passar à discussão do relatório propriamente dito.

A SRA. SENADORA ROSE DE FREITAS - Eu gostaria de agradecer. Muito obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Para discutir a medida provisória, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Domingos Sávio, que tem a palavra por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu quero só recordar aos colegas Parlamentares que desde o início deste ano legislativo, quando retomamos o trabalho desta Comissão e nos confrontamos com temas polêmicos, ao mesmo tempo nós destacamos que havia temas sobre os quais havia a disposição da Oposição — e falo em especial do PSDB — de construir um entendimento.

Acabamos de dar essa demonstração numa votação simbólica, e eu louvo mais uma vez a iniciativa da Senadora Rose de Freitas. Votamos coesos, unidos, porque compreendemos o mérito. E agora nos deparamos com a medida provisória propriamente, sobre a qual eu alertava que disponibiliza recursos para diversos Ministérios, dentre eles o Ministério da Integração, para algumas situações de calamidade pública, no valor da ordem de 744,5 milhões.

Naquela oportunidade, eu manifestei minha preocupação com a cidade de Mariana. É claro que uma calamidade pública, em qualquer ponto geográfico, indiferente do Estado, é uma preocupação e é, obviamente, uma prioridade que deve unir todos nós como brasileiros. E foi muito emblemático o episódio de Mariana, quando todos nós, aqui no Congresso Nacional, independente de qual Estado representamos, unimo-nos em solidariedade. Aliás, todo o Brasil se uniu, mas eu dizia, já naquela época, que não bastava apenas a nossa solidariedade, mas também atitudes concretas.

E dizia também que, obviamente, além do socorro imediato às vítimas, havia necessidade de ações firmes para punir os culpados, e que estes teriam que responder não só judicialmente, mas também pecuniariamente para recuperar os danos causados às pessoas, às cidades, ao meio ambiente. Isso está em procedimento.



Eu alertava, ainda, que era inevitável que em algum momento o poder público fosse chamado, porque alguns até diziam: “*Não, isso é um dano ambiental causado pela iniciativa privada, então, eles que resolvam tudo*”. Isso é quase que um abandono do cidadão à própria sorte, porque vêm os litígios judiciais, vem a demora em resolver o problema, e o poder público tem que estar atento. É por isso que existem dotações orçamentárias. Isso não impede que se procedam às ações na Justiça contra a Samarco, contras as demais subsidiárias do processo, não só do ponto de vista criminal como também do ponto de vista das responsabilidades civis e pecuniárias. Isso está tendo curso.

Eu faço esta referência porque eu recebi um chamamento do Prefeito Duarte Júnior, de Mariana — aliás, um guerreiro nesse episódio como um todo, chegou até a ter problema de saúde, mas não vacilou na defesa da sua gente e da cidade de Mariana e acabou se destacando nesse momento tão triste e tão crucial, mostrando a sua seriedade, a sua competência. Mas, ele se encontra diante de uma segunda tragédia. Passado o verdadeiro *tsunami* de lama, que ceifou vidas e provocou graves problemas, hoje a cidade de Mariana vive um segundo problema: a Samarco parou há vários meses, não tem perspectiva de voltar a trabalhar, embora ela ainda venha pagando servidores, mesmo trabalhadores que não estejam ocupados com a atividade. Isso faz parte do acordo, mas corre-se o risco de a cidade perder a sua principal fonte de emprego e renda — e já vem perdendo o emprego dos terceirizados.

É óbvio que uma empresa como aquela, que respondia por algo próximo de 90% da economia do Município, se está parada, sofre o posto de combustível, o restaurante, o motorista de táxi, enfim, todos os prestadores de serviço e os cidadãos que começam a viver a penúria do desemprego. E a municipalidade mais ainda, porque a arrecadação, para os senhores terem uma ideia, caiu, por mês, algo em torno de 5 milhões de reais para uma cidade do interior. É uma situação desastrosa.

Estive com o Prefeito Duarte, esta semana, no Ministério da Integração, levando ao Ministro o compromisso de que nós, por acordo, haveríamos de trabalhar para que fosse aprovada esta MP não só aqui, mas também em plenário, para que o Ministério da Integração possa ter esses recursos disponibilizados e assim acudir



Mariana e as demais cidades, a exemplo do Espírito Santo e de outros pontos que precisam desses recursos.

Portanto, Sr. Presidente, nós vamos votar a favor. Esperamos que esse seja o procedimento de todos e que tenhamos esta MP aprovada, atendendo não só a Mariana, mas também a várias cidades de Minas Gerais que ficaram prejudicadas e ao Estado do Espírito Santo.

E aqui, num ambiente de acordo, mais uma vez, com a habilidade da nossa Presidenta Rose de Freitas e agora com a reunião sendo conduzida pelo Deputado Jaime Martins, que possamos mostrar que nós temos, sim, um compromisso, em primeiro lugar, com o País.

Muito obrigado. Vamos votar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Samuel Moreira. V.Exa. dispõe de 5 minutos, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu me sinto bastante contemplado com a fala do nosso Líder na Comissão, Deputado Domingos Sávio.

Quero também deixar registrado, em que pese o mérito de toda a medida provisória e do relatório lido aqui pelo Relator, que fiquei muito satisfeito com a contestação do Deputado Izalci, que buscou preservar a questão do nosso Regimento Interno. Em que pese o mérito da Senadora Rose de Freitas, espero que isso não abra precedente no futuro, e que saibamos, neste momento, avaliar e compreender essa necessidade.

Quero saudar o Deputado Izalci pela contestação. Espero que não se abra precedente, para que se siga o Regimento. O País passa por um momento muito difícil. A medida provisória tem um bom mérito. É um crédito alto, de 1 bilhão e 300 milhões — não é pouco.

Vi também, inclusive, ações na Secretaria de Portos que beneficiam a cidade de Santos. Estava com o ex-Prefeito da cidade, o hoje Deputado Federal João Paulo Papa, e nós percebemos que há investimentos no píer do terminal do Porto de Santos, no da Alemoa e também na Ilha do Barnabé, no Porto de Santos, entre tantos outros.



Verificava que, no Ministério da Saúde, por exemplo, está ocorrendo um problema com o Programa Farmácia Popular, o que é bastante grave, porque faz com que a nossa população sofra muito; no Ministério da Defesa também, com recursos dessa Pasta; e neste momento muito especial, em que deve haver um forte combate ao mosquito transmissor da dengue, do zika vírus e da febre *chikungunya*.

Eu estava observando, e isso me preocupa também, os investimentos que ocorrem, que têm um enorme mérito, mas que não vimos terminar. Nós verificamos que, mais uma vez, para o nosso velho Rio São Francisco levar água às cidades houve a aplicação de 744 milhões, que reverteu em favor do Ministério da Integração Nacional. Queremos ver o fim dessa novela da transposição do Rio São Francisco e da irrigação das cidades do Nordeste.

Em virtude deste momento difícil — nós temos aqui o mérito —, como disse o nosso Líder na Comissão, vamos votar favoravelmente. Mas nos preocupa bastante este momento, que é muito difícil, com um ambiente político complicado e com as ações completamente desorientadas deste Governo. Eu também fico preocupado, porque isso nos coloca em uma situação de distanciamento do sentimento da maioria da sociedade, que quer solução para esse impasse político e já manifestou isso de maneira majoritária.

Eu até concordo que o País, infelizmente, saiu da eleição dividido e, por força do Governo, continuou dividido. Mas, hoje, existe uma corrente majoritária, há quase a unanimidade de que este Governo precisa sair; não é nem a Presidente, mas o Governo como um todo, inclusive com aqueles que estão agora tentando entrar no Governo para se proteger. E essa responsabilidade é nossa, é dos políticos. Nós precisamos tomar uma decisão. Nós precisamos votar o *impeachment*, não tem jeito. Precisamos votar! Se ela tiver voto, fica; se não tiver voto, ela sai. É democrático. Mas precisamos acelerar essa decisão, que cabe aos políticos. Quem a população espera que resolva esse impasse? A população espera de quem a solução desse impasse? Ela espera dos políticos. Essa é uma responsabilidade que temos de puxar para nós.

Lamentamos esse ambiente político e essa situação de desgoverno que vem ocorrendo. Não pensem que para a Oposição é bom. Nós lamentamos, porque



estamos sendo levados, todos, para uma vala comum por falta de solução. Então, isso nos preocupa bastante.

De qualquer forma, nós vamos votar favorável, neste momento, a essa medida provisória pelos seus méritos. E quero deixar essa reflexão, em que pese ser apenas na Comissão, mas deverá ser levada ao Plenário, para que tomemos decisões o mais breve possível, a fim dar uma solução a esse ambiente político que tem causado tanto transtorno à nossa sociedade.

Nós acreditamos que na hora em que destravarmos esse ambiente político e darmos uma solução a economia deve melhorar, o ambiente deve melhorar e o País deve prosseguir. Da forma como está, não é possível. É muito preocupante. Mas, de qualquer forma, nós vamos votar favoravelmente à medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado Samuel. Muito obrigado.

O Deputado Izalci está inscrito. Eu indago, Deputado Izalci, se V.Exa. quer discutir.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sim, eu quero fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Então, V.Exa. tem a palavra, para discussão, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, o relatório está muito bem elaborado, no sentido da aplicação dos recursos. Com relação ao Ministério da Agricultura, a questão das intempéries, a questão da saúde, o Programa Farmácia Popular, as Olimpíadas, está muito bem fundamentado para onde vai o recurso. Agora, o que não tem no relatório, e que seria importante a sociedade saber, é de onde está saindo o recurso, por que motivo e quais são as consequências da retirada dos recursos, por exemplo, das instituições.

Eu me lembro que, no final do ano passado, aqui, nós tivemos uma briga muito grande para aprovar 29 milhões para o projeto do submarino, que é um projeto estratégico do País, que não é feito para um ano, é feito por anos, há uma previsão de contratação de equipamentos e de contratos de anos e anos, e para aprovar 29 milhões, aqui, foi uma grande dificuldade.

E agora, nessa modificação, nessa retirada dos recursos, não constam, exatamente, as consequências disso. Eu estou dando o exemplo da Marinha: está



sendo retirado daqui; não foi para cá; para onde foi empenhado; não foi pago; não foi assinado contrato algum. Mas seria muito interessante, como o relatório está muito bem fundamentado na aplicação, que, nos próximos relatórios, para a coisa ficar bastante transparente, constasse a origem e quais foram as consequências da retirada dos recursos que não foram aplicados naqueles órgãos que estavam previstos, que eu acho que são graves.

De qualquer forma, entendo que é uma matéria relevante, importante e, portanto, nós vamos aprovar.

Agora, só para alertar, em relação ao Ministério da Defesa, por exemplo, nós estamos aplicando 143 milhões, mas estamos cancelando 238 milhões. Da mesma forma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: estamos tirando 200 milhões. Do Ministério das Cidades, provavelmente relativos a infraestrutura, estamos retirando, também, 720 milhões. Do Ministério da agricultura, estamos tirando o mesmo valor aplicado. Do Ministério da saúde, estamos cancelando 32 milhões e estamos colocando mais 200 milhões, que, provavelmente, estão saindo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Então, eu acho que o que está acontecendo aqui é que estamos cobrindo um santo e descobrindo outro. Muitas vezes, a justificativa é real, é importante, mas a retirada dos recursos de outros órgãos acaba comprometendo.

Era só uma sugestão para observarmos nas próximas medidas. Mas eu quero ressaltar que fiz essa contestação por uma questão regimental. Lógico que concordo plenamente com o mérito da questão do Estado do Espírito Santo, em função da calamidade por que passa o Estado, mas, de fato, nós temos que observar para não abrir um precedente, porque senão vai virar uma festa, daqui para frente, na condução da CMO, com relação a emendas de medidas provisórias.

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Nós vamos votar, evidentemente, favoravelmente a essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Nós estamos na iminência de começar a Ordem do Dia no Senado e precisamos terminar, pelo menos, a votação desta medida provisória.

O próximo orador inscrito, o Deputado Danilo Forte, não se encontra. O seguinte, Deputado Hildo Rocha, também não se encontra. A outra oradora inscrita



é a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, que também não se encontra. Nós temos aqui presentes dois inscritos: o Deputado Caio Narcio e a Senadora Rose de Freitas, que está abrindo mão de sua inscrição. Indago ao Deputado Caio Narcio se já podemos votar ou se V.Exa. faz questão de fazer uso da palavra. Concedo a palavra por 5 minutos para suas considerações.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Serei breve. Em homenagem à Presidente, quero expressar a nossa preocupação sobre a maneira como o Governo tem tratado as questões orçamentárias do País.

Aqui foi bem expressada a questão pelo Deputado Izalci, que demonstra que estamos descobrindo um santo para cobrir outro. É óbvio que o mérito é indiscutível: uma situação de calamidade que exige que a gente tome providências. Mas a gente não acredita que, dessa maneira como está ocorrendo, através de medidas provisórias, o Governo desfaça todo um trabalho de discussão do Orçamento feito ao longo do ano para alterar o que está aqui.

Lembro que o desastre em Mariana talvez seja o maior da história do Brasil, e repudio a manifestação do Governo com relação a esse assunto específico acontecido no nosso Estado.

Mas, quero dizer que, apesar de não concordar com a maneira como está sendo feito, o mérito está em atender ao Estado. É necessário, então, parabenizar o Relator Deputado Carlos Henrique Gaguim pelo trabalho do relatório e dizer à Presidente Rose que contará com o nosso voto nessa questão do mérito, mesmo não concordando com a forma.

Então, esta era a nossa manifestação breve no sentido de ajudar para que as coisas possam tramitar aqui de maneira mais rápida, em favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Agradeço ao Deputado Narcio pela colaboração.

Quero dizer que a contestação do Deputado Izalci tem todo amparo regimental, tanto que nós a acolhemos. O Plenário decidiu, de forma também soberana, acatar o recurso da Senadora Rose de Freitas.

Antes de entrar no processo de votação, quero passar a palavra ao Relator para uma complementação de voto e uma correção, para que possamos, então, submeter a votos.



Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - É só uma complementação de emendas. Onde se lê “n^{os} 12 a 15” leia-se “n^{os} 12 a 16”. Só quero que se faça essa correção.

E quero, Deputado Izalci e nobres pares, Deputados Domingos Sávio e Caio Narcio, parabenizá-los pela participação e dizer que a fundamentação do Governo, realmente, está além do que poderia estar simplificada. Ela não tem detalhes, não veio para esta Casa com detalhes. Então, não foi esta Comissão, esta relatoria nem os membros desta Casa. Está faltando ao Governo mandar, detalhadamente, de onde vai tirar e de onde vai arrumar o dinheiro.

Gostaria só de agradecer a todos pela aprovação e de parabenizar todos os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Muito bem. Quero, então, declarar encerrada a discussão.

Passaremos ao processo de votação.

Não havendo Parlamentares inscritos na Câmara dos Deputados para fazer encaminhamento, eu passo a votos na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam o relatório do Deputado Gaguim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado na representação da Câmara Federal.

Passo à votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório do Deputado Gaguim permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório do Deputado Gaguim à Medida Provisória nº 709.

Passamos, então, ao Item 2 da pauta.

De acordo com o parágrafo único do art. 110 da Resolução nº 1, de 2006, será apreciado o relatório apresentado à Medida Provisória nº 710, de 2016, que *“abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios da Justiça, da Cultura, da Defesa, da Integração Nacional e do Turismo e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$1.472.650.000,00, para os fins que especifica”*.

O Relator é o Senador Elmano Férrer.



Foram apresentadas dez emendas, e o voto é pela aprovação da medida provisória, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

O Relator, quanto às dez emendas apresentadas, indicou para inadmissibilidade as Emendas de n^{os} 1 a 5, 9 e 10, e foram rejeitadas as demais.

Em conformidade com o disposto no § 2^o do art.146 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, declaro inadmitidas as emendas indicadas pelo Relator no seu voto.

Solicito ao Senador que proceda à leitura do relatório ou, se houver acordo, vá direto ao voto.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Vá direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Se houver acordo do Plenário, vamos direto ao voto, para fazer uma discussão mais rápida.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Pois não, Deputado, Samuel, é questão de ordem?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não, é só para solicitar que seja lido o relatório por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim...

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, Deputado Botelho.

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Eu queria solicitar a esta Presidência, devido ao tempo que temos e ao fato de que este relatório foi distribuído a todos os Parlamentares e que quem teve interesse de ler já o leu, então, que fôssemos direto ao voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Sim, eu estou de acordo, mas, regimentalmente, o Relator pode fazer uma...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Presidente, não há qualquer prejuízo à medida provisória. A medida provisória, inclusive, está andando. O que nós queremos é debatê-la e que ela seja lida. É muito natural e regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jaime Martins) - Com a palavra o Relator, para que possa apresentar o seu relatório, da forma que julgar adequado, e, em seguida, o seu voto, para que possamos discuti-lo.



Enquanto S.Exa. faz a leitura, estão abertas, aqui, as inscrições, para aqueles que desejarem discutir a matéria.

O SR. SENADOR ELMANO FÉRRER - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, vamos ler o voto:

“2 Voto do Relator

A teor do art. 5º, *caput*, da Resolução nº 01, de 2002 — Congresso Nacional, a manifestação desta Casa deve realçar os aspectos de constitucionalidade, inclusive os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária, e sobre o cumprimento da obrigatoriedade de encaminhamento de documento expondo a motivação da medida provisória.

2.1 Dos Aspectos de Constitucionalidade e Pressupostos de Relevância e Urgência

Em relação ao critério de relevância, previsto no art. 62 da Constituição Federal, ao critério de imprevisibilidade, previsto no art. 167, § 3º, da Constituição Federal, e ao critério de urgência, previsto tanto no art. 62 quanto no art. 167 da Constituição Federal, temos que, com respeito:

Ao Ministério da Justiça, o referido crédito possibilitará a aquisição de equipamentos de proteção individual para atuação da Força Nacional de Segurança Pública, a implantação de soluções de informática, de verificação de pessoas e de videomonitoramento para a segurança nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, bem como a contratação de serviços e a aquisição de equipamentos voltados ao suporte operacional à atuação das forças policiais no referido evento. Verifica-se a evidente relevância, tendo em vista a magnitude que são os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Contudo, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

Ao Ministério da Cultura, o crédito permitirá a realização de atividades culturais com grupos artísticos nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. O objetivo é organizar ações que constituam uma plataforma inovadora de visibilidade cultural das cidades por onde passará a tocha olímpica e, sobretudo, do Rio de Janeiro. Resta assente a importância cultural dessas atividades, tendo em vista a



visibilidade global proporcionada por este evento. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Como, inicialmente, essas despesas deveriam ser realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelo Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, e só no segundo semestre de 2015 foram assumidas parcialmente pelo Governo Federal, entende-se caracterizada a imprevisibilidade, requisito autorizativo para abertura de crédito extraordinário.

Ao Ministério da Defesa, o presente crédito viabilizará a realização de ações visando manter a garantia da lei e da ordem na defesa do território e do patrimônio nacionais durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, por intermédio de iniciativas de comando e controle, defesa nacional, policiamento ostensivo, prevenção de incidentes e ao terrorismo, segurança, vigilância e controle de acesso. Percebe-se aqui uma nítida relevância, tendo em vista o atual panorama do terrorismo mundial. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Porém, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

Ao Ministério da Integração Nacional, o crédito permitirá o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, notadamente nos casos reconhecidos pelo Governo Federal como situação de emergência ou estado de calamidade pública, tendo por consequência os riscos a que a população está exposta. Nesse sentido, serão alocados recursos para intervenções de resposta a desastres, tais como as seguintes: a) disponibilização de cestas básicas, kits para higiene e limpeza, colchões e outros itens para socorro e assistência; e b) promoção do abastecimento de água para consumo, mediante distribuição de água em carros-pipa pelo Governo Federal. A relevância dessa finalidade é evidente, uma vez que são conhecidas as consequências que os desastres naturais vêm proporcionando às vítimas. Em relação à urgência, não vislumbramos sua caracterização, uma vez que se trata de medida preventiva, podendo se adequar aos trâmites legislativos normais. Também não se caracteriza como despesas imprevisíveis, uma vez que os desastres naturais no Brasil são recorrentes, sendo de notório conhecimento a ocorrência deles todos os anos, o que também não justifica a abertura desses créditos por meio de medida provisória.



Ao Ministério do Turismo, a medida viabilizará ações de logística no projeto de revezamento da tocha olímpica, percorrendo cerca de 300 cidades até chegar ao Rio de Janeiro no dia da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, aproximando a população brasileira dos jogos e, portanto, promovendo o turismo nos destinos percorridos pela tocha. Aqui, também evidente a relevância, tendo em vista a visibilidade que o caminho percorrido pela tocha olímpica possui. A urgência se justifica pela proximidade dos jogos. Porém, a ciência do Rio de Janeiro como sede dos referidos jogos existe desde 2009, o que não justifica a caracterização como despesas imprevisíveis, o que impediria a utilização de medida provisória para abrir os referidos créditos extraordinários.

Aos Encargos Financeiros da União, o crédito permitirá o atendimento de despesas com a integralização de cotas da primeira parcela da constituição do Novo Banco de Desenvolvimento — NBD, cujo acordo foi aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 131, de 3 de junho de 2015. A relevância dessa medida também se justifica, tendo em vista o objetivo de cumprir acordo internacional. Também podemos observar o critério da urgência, uma vez que o vencimento da primeira parcela de integralização de cotas venceu dia 3 de janeiro de 2016 e o não pagamento pode acarretar a perda do poder de voto do Brasil no Conselho de Diretores do NBD. Porém, percebe-se que o referido acordo foi celebrado em 15 de julho de 2014, e o Decreto Legislativo que aprovou o acordo foi publicado em 3 de junho de 2015, o que possibilitaria que essa dotação estivesse no próprio Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2016, não se caracterizando como despesas imprevisíveis, não justificando sua abertura por meio de crédito extraordinário.

2.2 Da Adequação Financeira e Orçamentária

A Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que *“dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”*, estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que *“o exame de compatibilidade e de adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101,*



de 4 de maio de 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União”.

É pertinente notar que, constitucionalmente, a adoção de medidas provisórias deve ter lugar apenas para atender a situações urgentes e relevantes que não possam ser prontamente atendidas pela via legislativa ordinária. Esse aspecto, entretanto, não comporta discussão nesta oportunidade, haja vista que o escopo da Nota Técnica é tão somente aferir a conformação dos termos da Medida Provisória às disposições constitucionais e legais que tratam das matérias orçamentárias e financeiras.

Na análise da Medida Provisória nº 710 não se vislumbra contrariedade às normas orçamentárias e financeiras vigentes, quais sejam: Lei nº 4.320, de 1964; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000); Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e Lei Orçamentária Anual em vigor.

Convém registrar que a Constituição Federal, conforme se depreende do disposto no inciso V do art. 167, não exige a indicação da origem dos recursos quando da abertura de crédito extraordinário.

Os recursos que suportam a abertura do crédito estão classificados como Despesas Primárias Discricionárias e, portanto, elevam as despesas primárias para o corrente exercício em R\$ 1.472.650.000,00. As necessárias compensações deverão, portanto, ser consideradas no processo de contingenciamento, de modo a garantir as metas fiscais fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o corrente exercício (Lei nº 13.242, de 30/12/2015).

2.3 Do Mérito

No mérito, nota-se que o crédito extraordinário destina recursos para o atendimento de despesas relevantes. A urgência e a imprevisibilidade não estão caracterizadas para todas as necessidades, conforme explicado no item 2.1 deste relatório.

2.4 Do Cumprimento do § 1º do art. 2º da Resolução nº 01, de 2002.

A Exposição de Motivos nº 244, de 2015, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem, contém as informações necessárias para o entendimento das razões que motivaram a edição da Medida Provisória.



2.5 Das Emendas

Com relação às dez emendas apresentadas, em que pese o indiscutível mérito das propostas oferecidas pelos nobres Parlamentares, tivemos que indicar para inadmissão sete delas, conforme consta no Anexo I.

As Emendas 01, 02, 03, 04, 05, 09 e 010 solicitam o remanejamento de dotações constantes do crédito para novas programações. De acordo com o art. 111 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, porém, às medidas provisórias de crédito extraordinário *“somente serão admitidas emendas que tenham como finalidade modificar o texto da medida provisória ou suprimir dotação, total ou parcialmente”*.

Além disso, optamos por rejeitar as emendas de números 06, 07 e 08, por entender que seu atendimento prejudicaria a execução de relevantes ações orçamentárias relacionadas no Anexo do crédito extraordinário aberto.

2.6 Conclusão

Diante de todas as razões expostas, o nosso voto é no sentido de que a Medida Provisória nº 710, de 4 de janeiro de 2016, atende parcialmente aos preceitos constitucionais que devem orientar sua adoção, e, no mérito, pela sua relevância, somos por sua aprovação nos termos propostos pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara dos Deputados, tendo por inadmitidas as Emendas 01 a 05, 09 e 010, e rejeitadas as Emendas 06, 07 e 08.”

É esse o nosso relatório, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Lido o relatório do Senador Elmano Férrer, coloco-o em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, passamos à votação na Câmara dos Deputados.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós ligamos para a Mesa, e disseram que ainda não.

Posso continuar?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tudo bem.

Em votação na Câmara dos Deputados.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu queria dizer que houve uma flexibilização para votação desse item em homenagem ao trabalho realizado por V.Exa.

Como nós já fomos chamados para a Ordem do Dia, embora não tenham iniciado as votações, vamos encerrar esta reunião, antes convocando outra para terça-feira, às 13 horas.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Vamos encerrar!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sra. Presidenta, eu queria fazer um apelo a V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, o acordo que nós fizemos eu considero importante. Portanto, diante do bom entendimento e do andamento dos trabalhos, não há necessidade de V.Exa. encerrar a reunião.

Em segundo lugar, eu pediria a V.Exa. que convocasse reunião para hoje à noite, após o encerramento da sessão no plenário.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu não teria nenhuma dificuldade em fazer isso, mas há previsão nas duas Casas de as votações hoje, considerando as MPs que estão na pauta, não acabarem antes de meia-noite.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Muito bem, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Toda vez que vou fazer qualquer entendimento com V.Exas., procuro esclarecer acerca do andamento dos trabalhos no Senado.

E, na Câmara, estou sabendo que aguardam — parece que agora mudou — as decisões do STF sobre a confirmação do rito do *impeachment*.

Então, se assim acordarmos, eu posso voltar a falar com o Presidente para ver se é cabível fazermos outra reunião hoje. Se for...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu gostaria que V.Exa. deixasse isso em aberto. Caso seja possível, V.Exa...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Para deixar em aberto, só esclarecendo, Líder...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidenta, permite-me fazer uma proposta?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só um minutinho. Eu vou chegar até V.Exa.

Quero esclarecer o seguinte: nós adotamos um comportamento...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Gente, não precisa haver esse tipo de coisa: "já fez, não fez". Nós estamos aqui dialogando!

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Claro, claro. É porque eu acho que a proposta pode contemplar o Líder do Governo e V.Exa.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu sei.

Por isso, quando é de uma semana para outra, nós já estabelecemos a praxe de que se deve abrir outra vez o livro de chamada. É de bom alvitre que os Srs. Senadores e os Srs. Deputados compareçam.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sem problema. Se a reunião continuar hoje, fica como tendo sido suspensa; se for convocada para a semana que vem, abriremos novo livro.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Veja bem o que iria acontecer: eu teria que deixar suspensa a reunião e, por volta de meia-noite, voltar aqui para encerrar ou dar continuidade. Não podemos deixar sobrestada a palavra dos nossos companheiros.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Faço essa proposta, Presidenta, porque eu acho compreensível a preocupação com o andamento dos trabalhos.

V.Exa. tem razão ao dizer que nós temos que observar as duas Casas. Na Câmara, já começou a Ordem do Dia. No Senado, provavelmente, ela deve ter início em breve, e nós não temos perspectiva de terminar tão cedo, porque não se votou nada hoje. Teremos a Semana Santa pela frente e há notícia de que o Presidente da Câmara tem o desejo de esgotar algumas pautas.



Eu faço uma proposta que considero interessante. A Presidenta até já mencionou que encerrará os trabalhos — tem sido essa a nossa prática, quando a reunião vai passar de uma semana para outra. Encerraríamos a reunião, mas manteríamos um acordo no sentido de que retomaremos na terça-feira essas matérias elencadas com o mesmo espírito de não obstruir a votação, conforme a sequência das matérias apresentadas por V.Exa. para acordo.

Obviamente, isso vai possibilitar que se produzam resultados para o País, como os que obtivemos hoje, votando duas medidas provisórias. Esgotado aquilo que é acordo, nós nos reservaríamos o direito de tentar evitar a aprovação de matéria com a qual não concordamos. É óbvio e natural.

Nós faríamos o encerramento que V.Exa., por sinal, já anunciou e retomariamos os trabalhos na terça-feira. Nesse aspecto, nós estaríamos à disposição para iniciar a votação na terça-feira, sem obstrução, inclusive, sem nenhuma dificuldade, porque eu imagino que pode ser uma preocupação do Líder o fato de iniciarmos na terça-feira com obstrução e verificação de quórum para votação etc. Nós não faríamos isso.

Então, não há razão para se preocupar em manter a reunião suspensa. O mínimo que o Governo vai ter que fazer é garantir o quórum de abertura: dois Senadores e...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sávio, a minha única preocupação seria com a possibilidade de retomarmos hoje.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O problema é que nós corremos o risco de ter um embate aqui, porque há esse tipo de situação quando há matérias polêmicas e quando retornamos tarde da noite, sem que haja previsão de horário. Imaginem isso no Senado e na Câmara!? Quer dizer, na Câmara acaba numa hora, mas não acaba no Senado. É quase impossível isso!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Tem sido impossível a realização de votações noturnas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - É por isso que eu pondero que se encerre agora a reunião e se convoque outra para terça-feira, em um ambiente de acordo, o que eu acho que seria o mais sensato.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Há concordância entre a Oposição e a Situação? Situação é uma palavra meio feia, não é? Em vez de usá-la, vou dizer Líder do Governo.

Com a palavra o Líder do Governo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu acho que é razoável, dentro do possível. Voltamos ao plenário às 13 horas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Paulo, a nossa reunião ficar suspensa sem sabermos quando acabará a sessão do Senado e da Câmara é complicado. Outro dia, eu vim para cá às 23h30min, sozinha. Não havia uma alma viva para me fazer companhia, nem a Velhinha de Taubaté. *(Riso.)*

Antes, convoco outra reunião para a próxima terça-feira, às 13 horas.

Está encerrada a reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum para deliberação nas representações da Câmara e do Senado.

Declaro suspensa a reunião por até 30 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro reiniciada a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Há quórum nas listas de presença da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Eu quero lembrar ao Plenário que nós, na reunião anterior, estávamos na leitura das atas, conforme foi proposto em requerimento e aprovado pelo Plenário.

A primeira Ata da 15ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada 2, 3, 7, 8, 9, 14, 15 e 16 de dezembro de 2015, já foi lida pelo Deputado Hildo Rocha.

Eu peço ao Deputado Caio Narcio para fazer a leitura da segunda ata, conforme requerimento aprovado em Plenário.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai discutir...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Júlio Delgado, é um prazer tê-lo nesta Comissão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não vai aprovar a ata primeiro?

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Presidente...

O SR. DEPUTADO IZALCI - A questão não era primeiro discutir e votar já a ata, porque já se está partindo para a segunda.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não discutiram a primeira ata?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos discutir e pelo menos aprovar.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu ia colocar as três em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não. É melhor fazer individualmente para não gerar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Uma de cada vez? Pois não.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Precedentes.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - A primeira ata foi lida pelo Deputado Hildo Rocha.

Em discussão.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO IZALCI - Pois é. Como é que vai votar? Não há quórum. Para aprovar a ata tem que haver quórum.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não tendo quórum, vamos ler a segunda ata e depois colocaremos as três em votação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, eu acho que...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - V.Exas. não precisam de oposição, pois têm ajuda permanente aqui do Plenário.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sei. *(Riso.)*

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Lógico. Só temos nós aqui. A República do Tocantins, que tem quatro Deputados aqui, e a oposição, que é do Governo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que vocês querem que seja feito? Vamos ficar parados, olhando uns para os outros?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu sugiro ficar parado, porque realmente aprovar sem quórum abre um precedente muito grave. E cabe à base dar quórum, fazer o quê? O próprio Deputado da base é que está perguntando cadê a base.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Realmente, foi o Deputado da base que perguntou.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Foi.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos suspender a reunião. Eu queria conferir, por favor, a lista de presentes aqui no plenário. Dois, quatro, cinco, seis, sete e oito. Senadora, só eu. Nove.

Eu gosto muito de olhar para os senhores e as senhoras, mas eu quero propor uma coisa prática. Podemos olhar e conversar. Vamos discutir e, apenas para votar, nós vamos exigir o quórum. Está bem assim?

(Não identificado) - Está bem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Em discussão a ata apreciada pelo Deputado Hildo Rocha, lida na sessão anterior.

Há quem queira discutir?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim.

Sra. Presidente, na verdade, eu quero começar lamentando, porque a base do Governo entupiu a Comissão de Orçamento na última semana e hoje subitamente mudaram de vontade. Não tem ninguém presente nem para debater um tema importante.

O Deputado Hildo Rocha leu as atas da aprovação do Orçamento de cada um dos relatórios setoriais. Eu queria aproveitar para dizer que novamente a Presidente Dilma vetou completamente o anexo que trata de metas e prioridades.

Nós ficamos aqui parece que brincando de fazer um trabalho que tomou — V.Exa. estava aqui — dias e dias de trabalho e, na verdade, nós percebemos um completo desrespeito pelo trabalho desta Comissão e do Parlamento.

São ações importantes. No caso do meu Estado mesmo, foi vetada a construção do Hospital Universitário, que está no orçamento deste ano. Então, é um veto sem nenhum critério. Simplesmente, veta-se inteiro um anexo que trata de metas e prioridades. Foi inteiro vetado.

O Deputado Ricardo Barros e todos nós debatemos. Nós queremos pelo menos uma tentativa. Tentou-se fazer um documento racional, equilibrado. A Comissão de Orçamento fez um esforço que foi além de todas as situações político-partidárias. Fizemos um esforço enorme para a votação do Orçamento do PPA, em tempo. E na verdade, de novo, o que aconteceu foi um desrespeito total, porque foi vetado no conjunto. Vetado no conjunto significa que nem lido foi, nem levado em consideração esse anexo de metas e prioridades.



No mais, eu gostaria de fazer um reforço e um pedido em relação a duas áreas que nós lidamos diretamente. A nobre Senadora fez um esforço enorme de preservar a área da saúde e a área da educação. E há pouco tempo, há 1 semana mais ou menos, eu estive com o Governador do meu Estado, havia alguns Deputados aqui presentes, e com o Ministro da Saúde.

A situação é muito grave, porque as nossas emendas parlamentares, na verdade, entraram por dentro do orçamento da saúde, comprometendo as ações prioritárias do Ministério da Saúde.

Eu quero dizer que, na verdade, as emendas que cada um de nós individualmente foi compelido a colocar pelo orçamento impositivo, segundo palavras do próprio Ministério da Saúde, “comprometeram”, ele disse que “comeram” 1 mês de funcionamento dos hospitais, porque elas entraram por dentro do orçamento.

O Ministério da Saúde já tinha uma grande dificuldade. A entrada das emendas internamente, de acordo com o que o planejamento organizou, comprometeu de maneira significativa um orçamento já bastante sacrificado.

No caso da educação foi também da mesma forma. O orçamento da educação já tem um percentual significativo de cortes que vai comprometer ações importantes como o atendimento à educação infantil, ao ensino médio e a áreas prioritárias.

Na verdade, eu acho que é um desrespeito total com áreas, em minha opinião, como a segurança pública, que não poderiam sofrer cortes.

Nos Estados, como no meu Estado, já estão em greve os profissionais da saúde há muito tempo. Eles não têm nem onde buscar recursos, porque o próprio Ministro da Saúde não tem como executar ações prioritárias com o orçamento da forma como ficou.

Então, é um lamento, embora reconheça o grande esforço que V.Exa. realizou para que o País tivesse um orçamento aprovado e discutido de maneira séria, de maneira equilibrada, dentro dos limites que nós tínhamos. E mesmo assim, ele não foi levado em consideração.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Presidente, para discutir...



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria chamar a atenção...

Está em discussão, V.Exa. me permite falar?

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria chamar a atenção para esse detalhe, para que, nas próximas atitudes a serem tomadas por esta Comissão, nós corrigíssemos ou quem aqui estiver...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O anexo de metas tem prioridades, e é dever do Governo mandá-las. Já tem 4 anos ou mais que o Governo não o envia. O Congresso toma a iniciativa de fazê-lo, e o Governo veta.

Quando dizem que é uma falta, que parece uma brincadeira, eu digo que é uma profunda falta de respeito ao Congresso Nacional. É verdade que nós adiantamos e evoluímos bastante no procedimento desta Comissão, mas precisam ser feitas correções.

O Governo, além de não cumprir o seu dever, desautoriza quem o faz para suprir a deficiência que ele tem na elaboração do Orçamento. Eu proponho que nós tomemos uma posição em relação à saúde e à educação. Que esta Comissão se manifeste agora contrária a qualquer corte nessa área, porque todos os nossos debates e iniciativas foram discutidos com o Governo sob a ótica da situação e da oposição.

Este nosso mandato termina dia 29, mas eu não quero aceitar. Outro dia já veio um corte de 2 bilhões e meio na educação, quando nós estamos carentes de livros didáticos, de pagamento de contas de luz em escola e por aí afora.

Eu gostaria de dizer que nós temos que nos manifestar imediatamente contra qualquer atitude que se venha a ter, além de outras que firam os interesses da população, sobretudo nessas áreas. Não é possível aceitar que se faça nem um corte na saúde, com tudo o que nós acordamos em relação a emendas parlamentares não estariam dentro daquele... Entrou como?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, ela entrou dentro da composição. Segundo o próprio Ministério da Saúde,



até outubro do ano passado, as emendas parlamentares não tinham entrado dentro do conjunto do orçamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não. Entrou e o Relator tirou.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - E agora foi colocado novamente pelo Ministério do Planejamento, de acordo com a informação do Ministro da Saúde, na semana passada.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria saber da assessoria, se puder me responder depois, se teria autonomia para fazer isso.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Segundo as palavras do próprio Ministério — o Deputado César Halum e o Deputado Lázaro Botelho estavam nessa reunião —, isso compromete 1 mês inteiro de funcionamento de todos os hospitais, o fato de as emendas terem entrado comprometendo ainda mais o orçamento da saúde.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Era em torno de 3,4 bilhões, se não me engano.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Por aí, quase 4 bilhões.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Quase 4 bilhões.

A assessoria vai nos informar se era cabível esse procedimento. Até mesmo não me surpreenderia se, sem ser cabível ou de forma legal, eles pudessem fazer isso e nós aceitássemos sem termos nos acutelado.

Portanto, eu acho que a Comissão teria que tomar um posicionamento sobre isso. Se todos estiverem de acordo, nós vamos falar sobre isso amanhã no Colégio de Líderes.

Continua em discussão.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Eu, Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com a palavra o Deputado Caio Narcio para discutir.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, eu também, como a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, gostaria de descrever uma situação importante aqui.



Na última reunião, nós estávamos aqui com a sessão cheia, havia quórum. Hoje o Governo faltou. Parece-me que as pessoas hoje não estão com a mesma vontade da semana passada. Mas nós estamos aqui mais uma vez reafirmando nossa posição de querer tocar a pauta, de querer andar em prol do Brasil. Inclusive apresentamos um requerimento solicitando que essa questão das contas possa ser passada para o final dessa nossa pauta de vinte itens.

E gostaria de dizer que, neste último final de semana, nós pudemos perceber o quanto a população está rejeitando não só as contas, como este Governo, que não tem exercido o seu papel para gerar confiança junto à população.

Com relação a essa pauta — nós estamos nos referindo à aprovação da ata — acho que a grande preocupação aqui é fazermos a avaliação, uma por uma, discutindo direito. Tem que haver número para fazermos a reunião e podermos tocar a pauta aqui do Brasil.

Fica aqui a nossa resposta, a nossa mensagem de quem está fazendo o seu papel. Nós, Parlamentares da Oposição, estamos aqui, como sempre, para atuar — e estão faltando os membros do Governo —, para ajudar o País a continuar avançando.

Gostaria de ressaltar a importância do nosso papel nessa situação em que o Brasil se encontra. O País está paralisado e não se pode dizer mais uma vez que é por conta da Oposição.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nós não temos o dever de dar conta do informativo, mas me parece que o ex-Presidente Lula acabou de ser nomeado.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não está em discussão essa matéria, não. Essa não está em discussão.

Há mais alguém que queira discutir?

Não é a nomeação do Presidente Lula. *(Riso.)*

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Eu queria discutir a nomeação daquele Presidente, que, sem querer, por engano, Sra. Presidenta, Senadora Rose de Freitas, colocou nas suas caixas que estavam em posse do Banco do Brasil um faqueiro de ouro que era desde a época do Costa e Silva, de 1968. Por engano, ele



colocou dentro das suas caixas do Banco do Brasil o faqueiro e mais outras moedinhas de ouro.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. DEPUTADO VITOR VALIM - Muito obrigado, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, vamos encerrar, tendo em vista que não há quórum.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O que está em discussão aqui é a ata. Qualquer outro comentário político nós podemos fazer juntos na sala anexa.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla.

O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA - Trata-se de uma questão de ordem para que pudéssemos nos ater à pauta que está em questão.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É o que nós já falamos.

Em discussão a ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Encerrada a discussão. *(Riso.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não brinque, Deputado Izalci. Aqui não estamos invertendo os papéis.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não há quórum, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agora temos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Cadê o Senado?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só falta do Senado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O Senado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Vamos fazer o seguinte: vamos fazer o mesmo procedimento.

O Deputado Caio Narcio lê a ata e a colocamos em discussão novamente. Depois, passamos...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Ah, Sra. Presidenta...



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não querem nem discutir com o quórum que temos?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Nós temos que votar. Senão, vai se abrir um precedente. Depois vamos abrir as três atas de uma vez só?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós tínhamos combinado de votar a ata.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Tínhamos combinado de votar a ata.

Vamos votar a ata. Se não houver quórum, encerre a sessão.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não há quórum, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só Senador pode pedir verificação no Senado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Só Senador pode pedir verificação no Senado.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não, senhor. O Regimento é aberto. Tanto Senador quanto Deputado podem pedir.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Desculpe-me falar, Deputado Danilo Forte. V.Exa. é forte em várias questões. Em Regimento, V.Exa. não o é.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sempre foi aberto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Somente Senador pode pedir.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sempre foi aberto.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PSB está em obstrução.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Vamos contar os Deputados?

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Regimento é claro, Sra. Presidenta.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - O PSB está em obstrução.



A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O PSB está em obstrução.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não posso tirar do bolso um Senador.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Na Câmara, há...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sra. Presidenta, eu queria um esclarecimento.

Se não há Senador, como é que se pode pedir verificação no Senado? Espiritual?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não...

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Não pode nem abrir...

(Não identificado) - Sra. Presidenta, ao que me conste, houve um acordo no Colégio de Líderes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo, V.Exa. fala e sai. E sua fala é tão importante que pode confundir as pessoas.

Na lista de presença consta número suficiente de Senadores. Apenas não há Senador nem para votar, nem para pedir verificação de quórum. E só o Senador pode pedir no Senado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sra. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, baseado no art.134 da Resolução nº 1, parágrafo único:

“No curso da reunião, verificada a presença de Senadores ou Deputados em número inferior ao estabelecido no caput, o Presidente suspenderá ou encerrará a reunião ex officio ou por provocação de qualquer Parlamentar.”

“Qualquer Parlamentar” significa que pode ser Deputado ou Senador. É o que está no art. 134.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - O Deputado Izalci tem razão. Mas isso não é pedido de verificação de quórum. Isso é verificação...



A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - De presença.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Regimental. Presença regimental.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Isso é verificação de presença para a continuidade da reunião.

A verificação de quórum na votação só pode ser pedida por Deputado na Câmara ou por Senador no Senado.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Mas não é votação mesmo. É continuidade da sessão.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É continuidade. Ninguém falou em votação. É o curso da reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Nesse caso, se pedir na Câmara, terá quórum. E, no Senado, não há quem peça.

Portanto, a sessão está suspensa.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Encerrada, Sra. Presidente.

Vamos encerrar.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Só com acordo, como nós fizemos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Então, para continuar também, só com acordo. A suspensão, só com acordo. A suspensão é que foi só com o acordo. Foi o combinado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Não, não combinamos isso, Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Combinamos. É só entrar e olhar nos Anais.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidente, eu não estava na reunião do Colégio de Líderes...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu gostaria de dizer que a sessão está suspensa. (*Pausa.*)



Atendendo à solicitação do Deputado Izalci, a reunião está suspensa até amanhã, às 10 horas.

(A reunião é suspensa.)